

PRÊMIO
ABERJE
2019

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 56
FEV/MAR 2020

#456

FUNGOS DA ANTÁRTICA
PODEM VIRAR REMÉDIOS

CULTURA DO ESTUPRO
FAZ CRIME AVANÇAR

ENTREVISTA

Ricardo Neves

"Não acredito que a loja
física acabará."

100 ANOS DA DIVINA

Elisete Cardoso

Ela marcou a MPB com voz terna
que encantava ricos e pobres

Economia informal

TRABALHOS À MARGEM DA LEI
DRENAM RECURSOS SIGNIFICATIVOS
DE EMPREGADOS E EMPREGADORES

R\$15,90



É POSSÍVEL

ter um plano de saúde
que cabe no seu bolso.



SulAmérica
Saúde



bradesco
saúde



Central Nacional
Unimed



amil

Só com a Qualicorp e com a FECOMERCIO-SP
você, **Empregador do Comércio**, tem
condições especiais na adesão de um dos
melhores planos de saúde do Brasil.

A partir de:

R\$ 291¹

Ligue: **0800 799 3003**

Se preferir, simule seu plano em qualicorp.com.br/anuncio



PRESIDENTE **Abram Szajman**

SUPERINTENDENTE **Antonio Carlos Borges**



www.agenciaturu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO **André Rocha**

DIRETOR DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

GERENTE DE CONTEÚDO **Elisa Klabunde**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITORA-ASSISTENTE **Lúcia Helena de Camargo**

REPÓRTER **Filipe Lopes**

FOTOS **Christian Parente**

ESTAGIÁRIA **Gabriela Almeida**

REVISÃO **Bruna Baldini e Flávia Marques**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegli e Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Cintia Funchal, Daniel Monteiro,
Paula Seco, Pedro Vó e Tiago Araujo**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO
**Antonio Lanzana, Benett, Evanildo da Silveira,
Filipe Lopes, Herbert Carvalho, Juliana Rangel, Leda
Rosa, Lúcia Helena de Camargo, Marleine Cohen,
Paulo Delgado, Selma Panazzo e Silvia Kochen**

RELAÇÕES PÚBLICAS
Maria Izabel Collor de Mello e Paula Dias

CAPA **Tiago Araujo**

FALE COM A GENTE publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO **Pigma**

DISTRIBUIÇÃO EM BANCAS E REDES DE LIVRARIAS

Total Publicações (Grupo Abril)

Edicase Gestão de Negócios



PB | #456

Enfrentar a expansão da informalidade requer as reduções da burocracia e dos custos da formalização e a criação de saídas para o amparo social desses trabalhadores. E aos gestores públicos cabe compreender que a economia embasada no acúmulo de bens de capital se reconfigura velozmente sob o impacto da revolução tecnológica.

ESTA É MAIS UMA PÁGINA QUE VAI FICAR EM NOSSA HISTÓRIA

DURANTE 56 ANOS E MAIS DE 450 EDIÇÕES, VIVEMOS, RETRATAMOS E ANALISAMOS MOMENTOS CRUCIAIS DA RECENTE HISTÓRIA BRASILEIRA.

Desde 2016, passamos por uma reinvenção para acompanhar o novo comportamento dos leitores.

Ampliamos o leque de nossas editorias, reformulamos nosso projeto gráfico, fomos às bancas, apostamos ainda mais na abordagem aprofundada em questões de relevância nacional, incorporamos ensaios fotográficos e publicamos edições temáticas.

E, agora, reservamos esta página para falar sobre um acontecimento importante em nossa trajetória: conquistamos o **PRÊMIO ABERJE 2019** na categoria Mídia Impressa.

ESTAMOS DE PÁGINAS ABERTAS PARA VOCÊ!
Escreva para publicacoes@fecomercio.com.br

REALIZAÇÃO

FECOMERCIO^{SP}

PB | PRÊMIO ABERJE 2019
PROBLEMAS BRASILEIROS



8 Capa
O RALO ECONÔMICO DA INFORMALIDADE



16 Entrevista
RICARDO NEVES, CEO DA PWC, ANALISA O CONSUMIDOR NA ERA DIGITAL

22 Artigo
POR ANTONIO LANZANA



26 Estados brasileiros
PARANÁ: SINAIS DE RETOMADA ECONÔMICA

32 Sociedade
ÍNDICE DE ESTUPROS ASSUSTA O PAÍS

36 Ciência e tecnologia
FUNGOS DA ANTÁRTICA GERAM DE MEDICAMENTOS A FILTRO SOLAR

40 Resenha
ARTE DA AULA

41 Artigo
POR PAULO DELGADO

42 Cultura
CENTENÁRIO DE ELISETE CARDOSO

46 Charge
INFORMALIDADE, POR BENETT

UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

O mercado informal no Brasil tem crescido em razão de uma série de situações que afetaram as condições socioeconômicas do brasileiro nos últimos anos. Nesse sentido, a matéria de capa desta edição de **PB** mostra a realidade desse “mercado subterrâneo”. A falta de perspectiva de melhora significativa e imediata na renda, na moradia ou no emprego de centenas de milhares de famílias é um dos motivos que desencadeiam a entrada de milhões de pessoas nesse meio aparentemente convidativo – mas sem qualquer proteção social ou direito trabalhista. Isso sem falar na alta carga tributária nacional e na burocracia estatal, que dificultam a legalização de negócios tocados por gente que deseja produzir seu próprio sustento. Em resumo, a informalidade camufla um futuro insustentável tanto para quem atua como para quem consome.

Há tempos, a FecomercioSP combate tal prática, expondo os seus aspectos negativos à sociedade e enfatizando a importância da formalização. Um aspecto atual é que, ao contrário do que ocorria no passado, hoje, a figura do vendedor ambulante já não representa a imagem do trabalhador informal, uma vez que muitos atuam por meio de aplicativos. É preciso, então, que os órgãos fiscalizadores atualizem suas ações para coibir essa engrenagem que ceifa impostos e desprestigia quem verdadeiramente contribui para a sociedade como um todo: o comércio legal – propulsor de desenvolvimento e inclusão social.

Esta edição traz, ainda, entrevista com sócio da PwC Brasil, Ricardo Neves, na qual ele fala sobre o perfil do consumidor na era digital e comenta, por exemplo, sobre como a tecnologia acompanha as necessidades dos clientes. Destaque nas páginas a seguir, o aumento no índice de estupros nos faz refletir sobre as causas dessa miséria humana. Infelizmente, em muitas situações, há abandono e negligência na resolução do crime, contribuindo ainda mais para a impunidade.

Na esfera da ciência, mostramos o trabalho do Projeto Micologia Antártica, formado por cientistas que pesquisam fungos na Antártica, onde há espécies que podem ser usadas no tratamento de doenças como malária, dengue e leishmaniose.

Ao longo de 2020, ano de eleições municipais, a **PB** trará questões importantes que recaem sobre a qualidade da gestão pública. Esperamos, com isso, fortalecer a democracia por meio do debate acerca dos próximos passos de nossos governantes.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do
Comércio de Bens, Serviços
e Turismo do Estado de
São Paulo (FecomercioSP),
entidade gestora do
Sesc-SP e do Senac-SP

PROBLEMA QUE SE AMPLIA

A economia informal, ou subterrânea, apesar do que o termo sugere, está cada vez mais visível. E isso não é uma boa notícia, porque, sob seu guarda-chuva, reúnem-se atividades econômicas sem qualquer regulamentação e proteção social do Estado. O resultado é a sonegação de tributos, incentivo a atividades criminosas e a evasão de boa parte do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de tudo o que é produzido oficialmente em um país.

texto SELMA PANAZZO | fotos CHRISTIAN PARENTE

N

No mundo, um em cada seis trabalhadores está na economia informal. O total alcança 2 bilhões de pessoas. Os dados fazem parte de relatório divulgado em novembro de 2019 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo a entidade, o Brasil é o sétimo país do mundo com maior número de empregos informais. O ranking é liderado por Índia, China, Indonésia, Nigéria, Bangladesh e Paquistão. Considerando-se apenas América Latina, está no topo da lista, seguido por México, Colômbia, Peru e Argentina.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em setembro de 2019, registrou avanço recorde do segmento, com 41,4% da população ocupada. Segundo esse indicador, 38,8 milhões ganham a vida à margem da lei.

“De maneira mais geral, o crescimento da economia informal pode ser atribuído a políticas ineficazes, equivocadas ou mal implementadas, não apenas relacionadas a questões trabalhistas, mas também nas áreas econômica e social. Elas incluem políticas macro e setoriais equivocadas; serviços públicos inadequados e insuficientes; burocracia exagerada e onerosa à formalização; e faltas de transparência e responsabilidade das instituições públicas”, analisa a pesquisadora da OIT, Florence Bonnet.

A especialista não descarta ainda fatores socioeconômicos, incluindo pobreza, renda baixa e irregular, falta de educação e habilidades, além de discriminação. “Todos [os elementos] limitam a capacidade dos trabalhadores e operadores por conta própria de aproveitar oportunidades de trabalho decente e protegido.” Fora do trabalho

formal, os empregados não têm proteção dos mecanismos de seguridade social. Para os empregadores, um dos problemas é a concorrência desleal.

MUDANÇAS CONJUNTURAIS

Como um camaleão, a informalidade assume distintas formas ao longo do tempo e se alimenta das fragilidades das conjunturas econômica, política e social. Por causa de tais lacunas e transformações, a figura do camelo de rua não é mais o seu principal símbolo. Segundo o relatório Estudo sobre empreendedorismo informal no Brasil, divulgado em maio de 2019 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com o IBGE, no Brasil, apenas 8,8% desses trabalhadores ficam nas ruas. A maior parte atua em residências (27,5%) ou na casa de clientes (27,3%). Novos serviços em plataformas tecnológicas, como os aplicativos de transporte e entrega, também impactam o perfil contemporâneo.

De acordo com o levantamento, as pessoas que trabalham por conta própria, consideradas as que estão à frente do próprio empreendimento, sem empregados, somam um contingente de 23,9 milhões de trabalhadores. Desse montante, 19,2 milhões são informais, ou seja, não têm o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O setor de comércio e serviços, responsável pelo maior volume de vagas formais ofertadas, é o mais atingido pela informalidade. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, em outubro de 2019 [dado mais recente até o fechamento desta edição], o País criou 70.852 vagas de emprego com carteira assinada. O comércio abriu 43.972 novos postos, respondendo por 62% do total. Os serviços ofertaram 19.123 posições; a indústria de transformação, 8.946; a construção civil contratou 7.294 trabalhadores; e a indústria extrativa mineral, 344.

SANGRIA

Em 2018, a informalidade fez o governo, em suas três instâncias, deixar de arrecadar R\$ 382 bilhões. Essa cifra equivale a 5,5% do PIB naquele ano, que foi de R\$ 6,9 trilhões. O cálculo faz parte de estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Para explicar o complexo tema, economistas e entidades setoriais elencam uma rede de fatores. “Em recessão longa e profunda, o trabalho informal é o primeiro a aparecer”, afir-

ma a técnica de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (Ipea), Maria Andreia Lameiras.

Apontamentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne cerca de 40 países, enxergam outra fonte de estímulo: a elevada carga tributária. De acordo com a organização, o Brasil é o país com a maior dessas taxações em toda a região da América Latina e do Caribe. Estudo da entidade revela que os brasileiros, em 2018, pagaram em impostos o equivalente a 33,45% do montante do PIB de 2018.

O agravamento do desemprego, que atingia 12,4 milhões de brasileiros em outubro de 2019 (Caged), empurra o trabalhador para a economia subterrânea pela necessidade de sobrevivência. O Ipea aponta que a ocupação subterrânea tem sustentado a expansão da massa de rendimento nacional. No segundo trimestre de 2019, avançou 2,4%, frente ao mesmo período do ano anterior. Em igual período, a massa de rendimentos dos empregos formais cresceu 1%. “O saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no caso de dispensa trabalhista, acabou por levar muita gente a fazer pequenos bicos”, afirma Maria Andreia, do Ipea.

Foi o caso da engenheira naval Dayana Pereira Barbosa, de 31 anos. Funcionária durante três anos do Estaleiro Mauá, no Rio de Janeiro, foi demitida em 2015, em um grande corte de pessoal. Responsável pelo sustento da filha, Livia – na época, com nove anos –, e da mãe, Rosana Sueli, resgatou o talento da avó materna para cozinhar e, com o dinheiro do FGTS que recebeu, passou a fazer e vender bolos e doces. A clientela, que começou com conhecidos e vizinhos, cresceu no “boca a boca” e continuou a se expandir na capital paulista, para onde se mudou. “A fim de viabilizar o equilíbrio entre despesas e lucro líquido, não tenho serviço de entrega. O cliente retira as encomendas na minha casa”, diz.

Ela pretende legalizar sua empresa se tornando Microempreendedor Individual (MEI). “Farei isso quando os negócios na nova praça estiverem consolidados”, conta. E acrescenta: “Pensei também em trabalhar pelo iFood [aplicativo que faz o intermediário entre estabelecimentos de alimentação e clientes], mas eles exigem CNPJ, que ainda não tenho. O MEI é mais acessível, por isso está nos meus planos de regularização. E, em um futuro de médio prazo, a meta é abrir um espaço comercial legalizado para a venda dos produtos”.

NÚMEROS DA INFORMALIDADE

NO MUNDO, 1 EM CADA 6 TRABALHADORES ESTÁ NA ECONOMIA INFORMAL. O TOTAL DE EMPREGADOS NA ECONOMIA INFORMAL ALCANÇA 2 BILHÕES.

O BRASIL É O 7º PAÍS DO MUNDO EM NÚMERO DE EMPREGOS INFORMAIS. O RANKING É LIDERADO POR ÍNDIA, CHINA, INDONÉSIA, NIGÉRIA, BANGLADESH E PAQUISTÃO. NA AMÉRICA LATINA, ESTÁ NO TOPO DA LISTA, SEGUIDO POR MÉXICO, COLÔMBIA, PERU E ARGENTINA.

NO BRASIL, 38,8 MILHÕES GANHAM A VIDA À MARGEM DA LEI (41,4% DA POPULAÇÃO OCUPADA).

EM 2018, O GOVERNO, EM SUAS TRÊS INSTÂNCIAS, DEIXOU DE ARRECADAR R\$ 382 BILHÕES (5,5% DO PIB NAQUELE ANO, QUE FOI DE R\$ 6,9 TRILHÕES).

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

IMPACTO DAS FEIRAS ITINERANTES

UM ÚNICO DIA DESSES EVENTOS RESULTA EM PERDA DE 30% DAS VENDAS NO VAREJO

MOVIMENTAM CERCA DE R\$ 3,6 BILHÕES POR ANO NO ESTADO DE SÃO PAULO

O PREJUÍZO NA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA PODE ALCANÇAR R\$ 342 MILHÕES

HÁ CHANCE DE REDUÇÃO DE 30% NO NÚMERO DE EMPREGADOS, FAZENDO COM QUE MAIS DE 15 MIL EMPREGOS FORMAIS DEIXEM DE SER GERADOS NO VAREJO PAULISTA

Fonte: FecomercioSP

BANDEIRAS DE COMBATE AO COMÉRCIO ILEGAL

FIM DA GUERRA FISCAL

REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE OS BENS DE CONSUMO

NÃO CRIAÇÃO DE NOVOS TRIBUTOS

SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

COMBATE EFETIVO AO MERCADO ILÍCITO POR MEIO DA FISCALIZAÇÃO

AUMENTO DAS PENAS PARA OS CRIMES DECORRENTES DE PIRATARIA E CONTRABANDO

Fonte: FecomercioSP

Por enquanto, ainda fora do mundo formal dos negócios, ela capricha na propaganda e não recusa pedidos. “Anuncio nas redes sociais, falo para as vizinhas e os amigos. Tem gente que me liga checando se faço tal coisa. Às vezes, nunca fiz nem comi. Mas a minha palavra de ordem para cliente é: ‘Faço!’”, afirma ela, que, no início do seu negócio, sem muita experiência, aceitou a encomenda de um bolo sofisticado de casamento para 150 pessoas, desafio enorme para sua estrutura de então. A encomenda rendeu R\$ 800 e muitos clientes novos. “Já trabalhei em escritório, laboratório e logísticas naval e de transporte de valor. Também fui garçonete. Como digo, é preciso se reinventar. Comecei este negócio com doces por necessidade, mas hoje é a minha paixão e terapia.”

APLICATIVOS

A tecnologia permitiu que um número significativo de trabalhadores migrasse para a prestação de serviços, sobretudo de transporte e de entrega, por meio de plataformas digitais. A Associação Brasileira de Online to Offline (ABO2O), que reúne as 70 empresas mais atuantes em território nacional, estima que aproximadamente 4 milhões de brasileiros trabalhem hoje via aplicativos.

Definindo-se como empresas de tecnologia, que apenas fazem a intermediação digital entre cadastrados e clientes, essas corporações não mantêm vínculo empregatício com os prestadores de serviços, a quem chamam de “parceiros”.

Precedido apenas pelos Estados Unidos, o Brasil é o segundo maior mercado mundial da Uber, multinacional americana prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano, que opera em 60 países do mundo. Em seu site, a empresa informa ter 600 mil aplicativos cadastrados em mais de cem cidades do País [dados de maio de 2018].

As famílias de Jarbas de Oliveira, 49 anos, e a de um de seus três filhos se sustentam com o trabalho de ambos como motoristas do app. “Um outro filho também trabalha com aplicativo, mas, no caso, a Rappi, de entrega de comida”, conta Oliveira, que aderiu à nova modalidade depois que a violência de um assalto o fez desistir da empresa de revenda de gás que manteve por 22 anos na zona leste de São Paulo.

Embora sem vínculo empregatício, Oliveira não está arrependido. Entre as vantagens da Uber, enumera promoção de combustíveis, se-

gurança com o sistema de rastreamento dos motoristas, seguro em caso de morte ou invalidez e um programa de mérito, que concede promoções em serviços e porcentual maior sobre as viagens. A cada 500 avaliações de passageiros, o resultado é analisado e o motorista pode subir de categoria. “Já alcancei a diamante [segunda do ranking], agora, é rumo ao ouro, topo máximo”, ressalta ele, cuja motivação inclui legalizar seu trabalho neste ano, como MEI, para ter a garantia de aposentadoria e o direito de afastamento remunerado por problemas de saúde.

CADEIA CRIMINOSA

Apesar de ser a solução imediata de vida para muitos, a informalidade pode ser a origem de alguns crimes, como a sonegação fiscal e a concorrência desleal. Outro problema é a venda de produtos falsificados, pirateados e decorrentes de contrabando. Em 2017, estudos do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Illegalidade (FNCP) indicavam que essas atividades atingiram 15 setores produtivos, com prejuízo de R\$ 146 bilhões. A OCDE avalia em US\$ 461 bilhões o valor movimentado pelas importações de itens falsificados

A DINÂMICA DA INFORMALIDADE

*O presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP, José Pastore, analisa, em entrevista à **Problemas Brasileiros**, as causas e os efeitos da informalidade, além de apontar saídas para o seu combate.*

A INFORMALIDADE É PROFUNDAMENTE DANOSA À ECONOMIA. O QUADRO DE SEVERO DESEMPREGO NO PAÍS É O QUE MAIS COLABORA PARA A SUA EXPANSÃO?

Ela sempre aumenta quando se conjugam dois fatores: demanda sem fôlego e custo muito caro de contratação. O Brasil vive esse cenário atualmente. As empresas – em especial, pequenas e médias – passam por forte recessão e ainda não têm certeza se a demanda vai aumentar nos próximos meses. Para contratar com todos os encargos sociais [103,42%], é preciso se preparar também para descontratar o que também custa muito: 50% da indenização do FGTS, aviso-prévio e todas as verbas rescisórias. É uma decisão difícil para essas empresas. Mas, se precisam de pessoal, algumas arriscam e contratam formalmente. A maioria tenta resolver pela contratação informal. Além disso, há a informalidade crônica dos empregados domésticos e dos que ajudam parentes sem remuneração. Há também aqueles que trabalham por conta própria informalmente e os que não são MEIs tampouco têm vínculo com o INSS. Tudo isso engrossa a informalidade.

A CRIAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGUROS SOCIAIS, COM ALÍQUOTAS MAIS BAIXAS (OU GRADUALMENTE REAJUSTADAS), PODERIA CONTRIBUIR PARA O COMBATE À INFORMALIDADE?

Pode contribuir, sim, mas, nessa área, precisa haver grandes transformações. Não é fácil. Os planos de previdência privada terão de ser customizados para as pessoas de renda baixa e oscilante. Teriam de ser planos individuais. Os contribuintes seriam os próprios informais quando atuam por conta própria e empregados e empregadores, no caso de haver vínculo empregatício. Idealmente, um plano de previdência privada para essas pessoas teria de começar com alíquota muito baixa (e benefício também baixo) e ir subindo na medida em que forem melhorando de vida. Quando entrassem em desemprego, elas teriam que continuar pagando. É uma equação difícil. Nos países avançados já estão fazendo isso, mas no Brasil ainda está longe.

ESTUDOS INDICAM QUE SOMENTE UM TERÇO DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA É MEI. COMO ESTIMULAR ESSE CRESCIMENTO?

O MEI é uma solução e um problema. Formaliza as pessoas, o que é bom. Mas gera um rombo no INSS, o que é ruim. A alíquota de contribuição é muita baixa. Penso que teremos de escalar o MEI de forma que quem ganhe mais, pague mais.

COMO ANALISA A TESE QUE A INFORMALIDADE É SOBREVIVÊNCIA ECONÔMICA EM QUADRO DE CRISE DE EMPREGOS, ALÉM DE QUE, DE FORMA INDIRETA, CONTRIBUI PARA O PIB, UMA VEZ QUE OS RECURSOS GANHOS VÃO SER DESTINADOS A COMPRA DE PRODUTOS E SERVIÇOS DO MERCADO FORMAL?

Não há dúvida de que é sobrevivência e que contribui para o PIB. Mas contribui também para o agigantamento das despesas do Estado. Quem não contribui com nada para o INSS chegará à velhice, ou antes disso, como pobre e doente. Quem paga essa conta? São os programas de assistência social, Loas [Lei Orgânica da Assistência Social], etc. Ou seja, informalidade gera despesas muito grandes para o governo. Não compensa.

no mundo todo, no período de um ano. A cifra é equivalente ao PIB da Irlanda.

A pirataria fere a Lei n.º 9.279/1996, protetora de direitos autorais, marcas e patentes, além de pôr em risco a saúde dos consumidores, que adquirem produtos de baixa qualidade e sem as certificações de segurança exigidas pelos órgãos reguladores oficiais. Essa atividade não raramente alimenta uma rede do crime organizado – braços de quadrilhas altamente estruturadas que atuam em dezenas de frentes ilícitas, como tráfico de drogas, corrupção e prostituição.

A punição dos crimes de violação de direito autoral ou concorrência desleal, entretanto, é muito branda face aos danos provocados: três meses a um ano de detenção ou multa. A pena aumenta um pouco quando há o intuito de lucro com a comercialização de produtos reproduzidos sem autorização, como é o caso dos quadros falsos ou CDs e DVDs piratas (que teve sua ascensão na década passada): de dois a quatro anos de prisão e multa.

“O bloqueio à invasão de produtos contrabandeados e/ou pirateados demanda, em grande parte, conscientização do próprio consumidor. Por trás das aparentemente inofensivas feiras itinerantes, por exemplo, eventos que assolam sobretudo municípios do interior, reside a contravenção”, alerta a advogada da assessoria técnica da FecomercioSP Juliana Motta.

Com montagem rápida e funcionamento por curtos períodos (até para evitar a ação de agentes de fiscalização), esses eventos são adversários ousados e nada desprezíveis. De acordo com estimativas preliminares da assessoria técnica da FecomercioSP, um dia de feira itinerante significa prejuízo de 30% nas vendas do varejo. As feiras não legalizadas movimentam em torno de R\$ 3,6 bilhões por ano (R\$ 300 milhões por mês) no Estado de São Paulo (ou 0,5% do faturamento total anual do comércio formalizado), o que pode representar rombo de R\$ 342 milhões na arrecadação tributária. No mesmo sentido, a realização das feiras itinerantes provoca a não contratação de 30% do número de empregados, fazendo com que mais de 15 mil empregos formais deixem de ser gerados no varejo paulista.

Sobre o tema, a FecomercioSP dispõe de cartilha e outros conteúdos de orientação abordando as principais causas do problema no Brasil e as formas de combate à pirataria e ao contrabando.

&



O aumento do desemprego agrava a informalidade. Levantamento do Sebrae aponta que 23,9 milhões trabalham por conta própria. Desse montante, 19,2 milhões são informais, ou seja, não têm o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)





RICARDO NEVES

Para o sócio da PricewaterhouseCoopers (PwC) no Brasil, apesar do salto de consumo digital registrado no País na última década, que passou dos 15% em 2013 para 50% em 2019, a loja física não vai acabar. Segundo Neves, os pequenos negócios têm espaço nesse mercado – desde que percebam as necessidades do consumidor.

entrevista JULIANA RANGEL | fotos CHRISTIAN PARENTE

“A inovação não pode estar apenas na cabeça de um departamento, do principal executivo ou dos executivos. Ela tem de estar totalmente distribuída na organização, porque é com base nessa proximidade com o consumidor e com o entendimento das suas necessidades que surgem realmente as grandes ideias”, afirma o sócio da PwC no Brasil, Ricardo Neves, em entrevista ao canal UM BRASIL, uma realização da FecomercioSP, publicada nesta edição de **Problemas Brasileiros**. Segundo a pesquisa Global Consumer Insights da PwC, o percentual de brasileiros que dizem ter comprado serviços e produtos via smartphone saltou de 15% em 2013 para 50% em 2019. Mesmo com essa demonstração de que o País tem consumidores ávidos para lidar com a tecnologia no dia a

dia, Neves é cuidadoso e não decreta o fim das lojas físicas. Ele ressalta que os pequenos negócios também conseguem investir nesse mercado, desde que consigam elaborar estratégias baseadas nas necessidades do consumidor. “Hoje, com os aplicativos disponíveis por meio de startups que trazem soluções para problemas daquele consumidor, qualquer um pode fazer investimentos, buscar resolver problemas dos seus clientes. Não necessariamente com grandes custos”, aponta. Neves destaca ainda que o momento econômico atual do Brasil, com paulatina melhoria do emprego e da renda e mais disponibilidade de crédito, pode ajudar a consolidar o poder de consumo da população, mesmo que o País ainda tenha muitas reformas estruturais para realizar.

Segundo as informações apuradas na pesquisa Global Consumer Insights da PwC, qual é o perfil do novo consumidor brasileiro e o que ele espera das empresas?

Chamou-nos muita atenção nessa pesquisa o fato de as pessoas passarem a usar o smartphone como instrumento de compra, seja na jornada para conhecer um produto, seja para ser influenciado de alguma forma pela rede social e, no fim, executar aquela compra. Em praticamente quatro ou cinco anos, esse índice triplicou. Realmente as pessoas estão fazendo dos seus celulares uma extensão dos seus sentidos.

O consumidor brasileiro tem evoluído bastante com o uso da tecnologia e a utiliza a favor da praticidade, da forma mais rápida com que o dia a dia exige da gente, isso vai ter um impacto direto sobre os varejistas que oferecem produtos a esses consumidores.

E quem ainda não está na era tecnológica, o que tem que fazer para ingressar nesse novo universo? Isso exige investimentos muito altos ou não necessariamente?

Fala-se muito sobre as grandes empresas realizando investimentos pesados em tecnologias muito avançadas, como o caso daquele dispositivo em que se passa um celular diante de um produto na gôndola e ressalta informações sobre o produto. Ou temas como inteligência artificial, o uso de dados para saber o que o consumidor faria ou não. Esses são investimentos altos feitos por algumas dessas empresas. No entanto, a inovação surge da necessidade, do entendimento do que é necessário para aquele consumidor. E, de forma geral, empresas de médio ou pequeno porte têm mais condições de olhar sobre aquele consumidor, diferentemente do grande varejista.

Hoje, com aplicativos disponíveis por meio das startups que trazem soluções para problemas daquele consumidor, qualquer um pode fazer investimentos, buscar resolver problemas dos seus clientes... Não necessariamente com grandes custos. Muitas vezes com muita criatividade e, principalmente, pesquisa. E qualquer varejista ou empresa pode estar associada a essa vanguarda e pode trazer essa simples tecnologia que resolva um problema.



A inovação surge da necessidade, do entendimento do que é preciso para aquele consumidor, e as empresas de médio e pequeno portes têm um olhar sobre o consumidor diferente do grande varejista.

Mas e quem não está nessa arena tecnológica nas esferas das empresas e do consumidor? Aqueles chamados de “desbancarizados”, por exemplo, que não têm acesso a crédito, cartões ou contas de banco? Já existem também startups e aplicativos que permitem que a pessoa possa pagar um boleto e tenha dinheiro no smartphone – e, no Brasil, a maioria dessas pessoas tem um aparelho. E pela conexão entre celular-celular ela consegue pagar uma conta, ir ao supermercado ou a uma loja e fazer aquela execução. Isso está trazendo um novo consumidor, pessoas que estavam

alijadas desse processo que, a partir do momento que têm um smartphone, conseguem baixar um aplicativo, ter acesso a coisas que antigamente eram fora de questão para elas. É uma coisa impressionante, você vê uma pessoa numa comunidade com um aplicativo que funciona, começa a falar isso na sua rede social. Aí, à medida que aquele aplicativo, aquela facilidade, é entendido, é rapidamente permeada para os demais, vira algo quase viral, e pode trazer muitos consumidores a uma patamar que não existia antes.

Você tem falado muito da importância de uma jornada positiva de compra para o consumidor. O que seria essa jornada positiva?

São alguns conceitos. O primeiro é que a compra em si, quando executada no celular, é um passo. Na verdade, a compra começou no momento que a pessoa descobriu aquele produto ou serviço que nem sabia, talvez um modelo novo de uma determinada coisa, ou viu um comentário numa rede social. É ali que começa o processo de jornada de compra e ele passa por vários estágios, de entendimento, de olhar se existem condições de comprar aquilo, achar a melhor forma de aquisição, e não só realizando a compra, mas o chamado “pós-compra”, que é como ele é atendido.

O que chamamos de “jornada positiva” é o varejista estar presente em todos esses estágios, desde o seu posicionamento na rede social – na sua propaganda ou visão sobre aquele produto ou serviço – que está vendendo. Todos esses estágios são muito importantes para que aquela compra seja repetida, aquela experiência seja multiplicada por outras pessoas.

Pensamos tudo isso como um componente de tecnologia. Mas acho que os aspectos das pessoas, do contato, da visão e do sentimento do consumidor são muito importantes. Então, quando falamos em investimento, pensamos no consumidor, lá na ponta; mas se essa atenção não estiver com os colaboradores, resultará em um impacto negativo na jornada. Um dos pontos que adicionamos nessa última pesquisa é que aquelas empresas que tinham melhor posicionamento em



relação à experiência do consumidor eram as que davam boas experiências aos seus colaboradores. Uma experiência, por exemplo, de um aplicativo que permite ao funcionário dar feedback sobre determinada aspecto ou participar de um processo.

Isso é o vírus da tecnologia espalhado em todos os setores, e não necessariamente um departamento de tecnologia...

É verdade. Esse é um tópico principal nessa relação das empresas com os funcionários. Antigamente, tinha-se um departamento

de tecnologia ou inovação – toda inovação vinha daquele departamento. O que acontece hoje é, em razão dessa proximidade com o cliente, nada melhor do que ele ser o seu departamento de inovação, ser a geração de ideias, ser a pessoa que aplica alguma dessas tecnologias e até faz testes. Hoje em dia, está muito em moda se falar num termo em inglês: *up skilling*, ou seja, trazer mundo para um nível de entendimento sobre tecnologia que permita que a pessoa, ao identificar uma determinada necessidade, possa associá-la com potenciais soluções tecnológicas.

Mas isso demanda treinamento também...

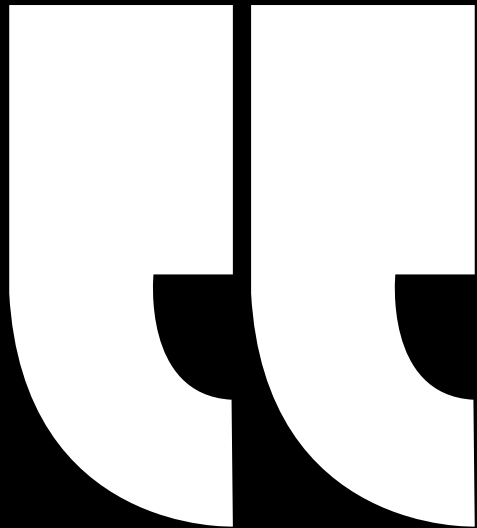
Treinamentos diferentes daqueles que colocam todo mundo numa sala para ensinar alguma coisa. Esses treinamentos têm sido feitos de forma interessante, tentando fazer com que as pessoas tenham acesso e busquem conteúdo. Porque a geração de conteúdo na internet é muito grande, então, o que você precisa ter é boa curadoria, buscar formas de trazer aquele conteúdo para ensinar e melhorar o *up skilling* das pessoas.

E há conteúdos que vão fazer a diferença na vida e no trabalho dela.

Sim. E podem ser conteúdos não diretamente associados, por exemplo, quando o funcionário começa a entender sobre metodologias ágeis de execução. Se ele entender um pouco mais como funciona um drone ou o que é inteligência artificial, começa, realmente, a abrir a cabeça para entender que as necessidades dos seus clientes podem ser resolvidas com algumas dessas coisas. É aí que há o vírus da tecnologia, da inovação, que precisa ser espalhado na empresa. A inovação não pode estar apenas na cabeça de um departamento ou de um executivo. Tem de estar totalmente permeada ou distribuída na organização, porque dessa proximidade com o consumidor e do entendimento das suas necessidades que surgem as grandes ideias.

Você nota que, hoje, as empresas, a indústria e o comércio deveriam olhar também para os influenciadores digitais?

Essa é uma das coisas que investigamos nas pesquisas: o que influencia as pessoas? E claramente as informações de suas redes sociais, de forma mais abrangente, eram capazes de influenciar as compras. No Brasil, esse porcentual é significativo em relação ao mundo. Não sou especialista nessa área, mas posso falar em termos do que vejo sobre comportamento do consumidor. Ele, hoje, tem certamente a noção de que alguns influenciadores funcionam como o marketing de alguma forma, pois estão associados a um tipo de influência. Que era um pouco o papel daquele comercial da TV, do rádio, mais institucional.



As pessoas
estão fazendo
dos seus
celulares uma
extensão dos
sentidos.

Por outro lado, existem influenciadores que têm menos esse nome. Eles têm muito mais um conteúdo e seguidores que realmente veem um valor agregado a eles. Até mesmo nos pequenos grupos de consumidores, de apreciadores de uma marca, que terminam tendo mais credibilidade do que influenciadores genéricos. O que vemos também são as empresas investindo em criar temas de comunidades de interesse. Vamos pegar uma loja de materiais esportivos, por exemplo. Em vez de fazer um fã-clube da loja, que pode parecer mais propaganda do que algo autêntico, ela vai aderir aos atletas. E, a partir disso, vai estimular as pessoas a criar os seus próprios influenciadores.

Claro, até se contrata um influenciador ou outro como um canal de propaganda. Mas a criação de comunidades ou a inserção daquela empresa numa comunidade já estabelecida pode ser um meio de buscar influenciadores para sua marca até mais efetivo do que contratar um influenciador digital.

Tecnologia tem um lado que encanta e outro que assusta. Quando pensamos em tantas plataformas tecnológicas e tantas novidades, será o fim da loja física?

Não. Acho que o papel da loja vai mudar ao longo do tempo. Existem muitas lojas com um papel diferente na relação com o consumidor. Algumas delas são lojas-vitrine – tem todos os produtos e tamanhos, mas [os clientes] não vão levar nada dali, pois eles vão receber em casa, o que é um outro conceito. Hoje, o conceito, por exemplo, de unir compra com diversão é muito forte. As pessoas não estão saindo para fazer uma compra, estão saindo para se divertir.

Não acredito que a loja física acabará. Até pela conveniência, pela locomoção das pessoas nas grandes cidades, ela vai continuar com o seu papel. Por exemplo, o papel da farmácia. Hoje, a conexão é trabalhada com os próprios médicos, a receita já é compartilhada com uma determinada rede ou farmácia para evitar os enganões. Um engano com remédios, por causa da letra [do médico] ou

porque a pessoa perdeu a receita, é um problema sério para a saúde das pessoas. Então, no momento em que existe conexão entre os hospitais, os médicos e essas farmácias, há condição de fazer planejamento melhor do material que vai estar lá disponível. Passa a ser algo que melhora a própria comunidade.

Acha que já temos um ambiente econômico propício para que o varejo e a indústria cresçam de forma duradoura no Brasil?

Tivemos uma melhora macroeconômica nos últimos meses muito pequena, mas paulatina melhoria do emprego e da renda e uma queda significativa da taxa de juros, o que significa uma melhor disponibilidade de crédito. Quanto à sustentabilidade disso, acho que vai realmente depender de outras reformas trabalhadas no País para que esse voo não seja “de galinha”. Se não temos um mercado consumidor forte, com fundamentos econômicos estáveis, tudo fica muito ao sabor dos ventos. Mesmo agora com esses problemas no Chile e na Bolívia [entrevista realizada em novembro de 2019] e como isso influencia ou não o humor do mercado financeiro em relação a investimentos em países em desenvolvimento, por exemplo, ou a confiança do próprio consumidor. Tudo isso é uma composição que precisa ser mais bem alinhada para que possamos ter uma sustentabilidade de crescimento.

Por outro lado, esses pilares estão sendo trabalhados. Pelo menos já existe uma consciência dessa necessidade. Passamos pela revisão da Previdência Social. Lembro-me que há alguns anos diziam: “Isso nunca vai passar no Brasil, ninguém vai entender isso”. E vimos que o processo caminhou, e as pessoas, de alguma forma, entenderam que aquilo seria benéfico para o todo. As novas reformas também vão passar por essas discussões, e tenho de acreditar que os brasileiros estão mais conscientes das necessidades de mudança que vamos ter daqui para frente.



Uma realização da FecomercioSP, UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

Assista à entrevista na íntegra por meio deste código QR:



E EXPECTATIVAS PARA OCUPAÇÃO E EMPREGO

O mercado de trabalho mostrou sinais favoráveis nos últimos meses de 2019, com a redução da taxa de desemprego e criação de novas vagas com carteira assinada. Apesar disso, a situação do mercado de trabalho está longe de ser considerada razoável: o País tem ainda 11,2 milhões de desempregados, número elevado de desalentados (4,7 milhões) e vem registrando expansão do mercado informal.

A reduzida capacidade de criação de empregos da economia brasileira está associada, principalmente, ao fraquíssimo desempenho do nível de atividade nos últimos anos. Depois de enfrentar a maior recessão de sua história no período 2015/2016, a retomada do crescimento se deu de forma extremamente tímida, fazendo com que o País iniciasse este ano com PIB 3% inferior ao registrado em 2014.

As perspectivas do mercado de trabalho para 2020 e próximos anos devem levar em conta quatro fatores: o ritmo de crescimento do PIB, o “encolhimento” do Estado como empregador, o desenvolvimento tecnológico e a abertura comercial.

No que se refere ao primeiro aspecto, o desempenho da economia no último trimestre do ano passado, permite antecipar um desempenho mais favorável do PIB em 2020, que poderá crescer 2,5% – ou até mesmo mais – dependendo das condições internacionais. É importante destacar, porém, que nas fases iniciais dos processos de recuperação, o crescimento do emprego ocorre normalmente de forma mais lenta pela tentativa das empresas de recuperar os níveis de produtividade e optarem pela utilização maior de horas trabalhadas (da força de trabalho já empregada), até que a recuperação se consolide.

A redução da participação do Estado (incluindo as empresas estatais) como empregador – o que, aliás, já está se verificando – é outra mudança importante associada à composição do emprego no Brasil.

Não se pode esquecer também que a tecnologia vem impactando fortemente o mercado de trabalho,

num processo que só tende a se aprofundar. Esse impacto não se resume à mão de obra menos qualificada, mas atinge também os executivos, uma vez que muitos deles são substituídos por não terem maior afinidade com os processos tecnológicos.

A abertura comercial que o governo deve promover vai trazer também transformações no mercado de trabalho brasileiro em função da estrutura de produção resultante da maior integração do Brasil à economia internacional. Embora a abertura traga resultados positivos para o País, com expansão forte de alguns setores, há segmentos que podem até desaparecer. A “seleção” será feita pela capacidade competitiva de cada um, impondo redução e flexibilização de custos e consequentes reflexos nas formas de contratação.

Em resumo, pode-se chegar a algumas conclusões. O maior crescimento do PIB tende a criar mais empregos em todo o mercado; os desafios de ganhos de produtividade serão colocados a todos os setores; nos segmentos de mão de obra direta, os trabalhadores com baixa qualificação terão dificuldades de conquistar postos de trabalho e a atualização será fundamental; mesmo os mais qualificados terão que passar por um processo contínuo de requalificação, processo que certamente será conduzido pelo setor privado; os executivos também vão se defrontar, de um lado, com a necessidade contínua de atualização tecnológica e, de outro, com novas formas de contratação, passando por redução da remuneração fixa e aumento da variável e maior flexibilização dos contratos de trabalho.

Numa perspectiva de prazo mais longo, é de se esperar uma redução da elasticidade emprego/produto (o crescimento do PIB gerará relativamente menos emprego) o que reforça o desafio do País de acelerar seu ritmo de crescimento sustentável.

&



ANTONIO LANZANA

é copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor da USP e da Fundação Dom Cabral

Quer exportar com redução ou isenção de impostos? Use nossos certificados de origem.

Com os certificados de origem FecomercioSP, você comprova a nacionalidade brasileira da sua mercadoria para exportar com isenção ou redução de impostos decorrentes de acordos internacionais firmados entre o Brasil e o país do seu importador. E quem é nosso associado tem vantagens exclusivas.

É um serviço prático, ágil e seguro com:

- emissão online no site;
- utilização dos certificados emitidos como base para reemissão;
- histórico de certificados emitidos;
- administração de certificados pendentes e aprovados;
- aviso via e-mail de aprovação ou não do certificado;
- sistema de pagamento via boleto, emitido na hora da impressão;
- busca dos certificados emitidos por palavra-chave ou data de emissão.

VOCÊ PODE TER TUDO ISSO COM OS MELHORES VALORES DO MERCADO E ENTREGA IMEDIATA.

Descontos especiais de até 67% para os nossos associados.

Confira nossos preços para 2020

Para associado		Para não associado	
Certificados de origem não preferenciais (comuns)	R\$ 21,00	Certificados de origem não preferenciais (comuns)	R\$ 35,00
Certificados de origem preferenciais (acordos)		Certificados de origem preferenciais (acordos)	
Até 2 páginas	R\$ 30,00	Até 2 páginas	R\$ 43,00
Entre 3 e 10 páginas	R\$ 60,00	Entre 3 e 10 páginas	R\$ 87,00
Entre de 11 e 30 páginas	R\$ 125,00	Entre de 11 e 30 páginas	R\$ 180,00
Acima de 31 páginas	Consulte-nos	Acima de 31 páginas	Consulte-nos
Declaração de livre venda	R\$ 50,00	Declaração de livre venda	R\$ 73,00

Tabela válida a partir de 20/1/2020.

Exporte mais pagando menos impostos. Trabalhe com os nossos certificados de origem!

Quer saber mais?

Acesse <https://representa.fecomercio.com.br/certificado-de-origem>, envie um e-mail para certificado@fecomercio.com.br ou ligue para (11) 3254-1700.



ANA CARLA ABRÃO
ANA CAROLINA MONGUILOD
BERNARD APPY



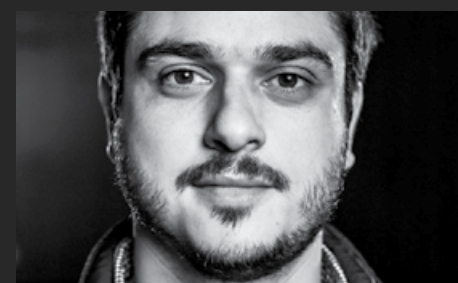
HENRIQUE MEIRELLES
GUSTAVO FRANCO
EDMAR BACHA



MARCOS DE AZAMBUJA
EDUARDO GIANNETTI
PATRÍCIA ELLEN



PEDRO MALAN
LARA MESQUITA
ANDRÉA FREITAS



ANDRÉ CLARK
RACHEL MAIA
BERNARDO PIQUET

UM BRASIL

- Ajuste fiscal
- Reforma Tributária
- Políticas públicas
- Burocracia
- Financiamento de campanha
- Ambiente de negócios
- Política externa

UM BRASIL joga luz a temas essenciais para os desenvolvimentos econômico e democrático, reunindo vozes dispostas a pensar o Brasil de maneira apartidária e plural.

— Convidamos você a fazer parte desse debate.

— Para conhecer esses e outros conteúdos, acesse:

f @CanalUMBRASIL

www.umbrasil.com

INICIATIVA **FECOMERCIO**SP



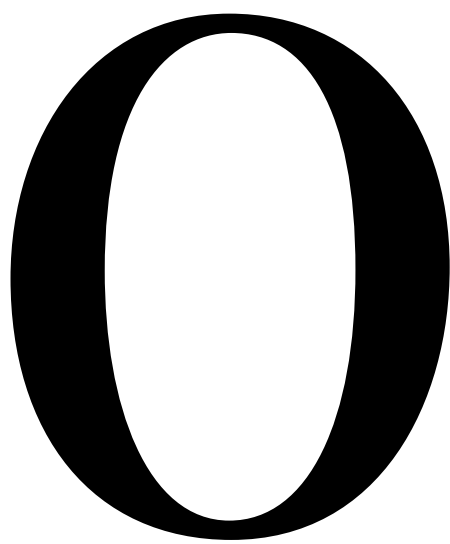
Intervenção sobre mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

PARANÁ

SINAIS DE REAQUECIMENTO

Ocupado por imigrantes europeus desde o século 16, o Paraná ocupa lugar de destaque no País quanto a variedade de fatores produtivos, relevância das exportações e indicadores de desenvolvimento humano. Agora, depois de uma reformulação administrativa e com boas perspectivas de crescimento da economia, seu mais novo desafio é sacramentar um casamento duradouro com a tecnologia.

texto MARLEINE COHEN



O Paraná começa 2020 com perspectivas otimistas. Totalizando R\$ 118,88 bilhões no primeiro trimestre do ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) estadual esboçou recuperação. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades), o índice cresceu 1,05% no segundo trimestre de 2019. Essa variação representa reversão da queda de 1,06%, observada de janeiro a março daquele ano, e corresponde à maior taxa alcançada desde o segundo trimestre de 2017.

Quinta economia nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), seu PIB soma R\$ 421,37 bilhões ou 6,4% do total nacional. Segundo o economista Daniel Nojima, diretor do Iparades: “Embora não deixe de estar atrelado à crise nacional, tudo leva a crer que o Paraná vai registrar crescimento gradativo em 2020”.

O governo estadual fez a lição de casa, com ajustes da máquina administrativa. “Reduzimos de 28 para 15 o número de secretarias, cortamos despesas promovendo revisão da folha de salários e reavaliamos os contratos do Estado com terceiros. Apenas um, envolvendo o Detran [Departamento de Trânsito], representou economia mensal de R\$ 1 bilhão para os cofres públicos”, afirma o vice-governador e presidente da Fecomércio PR, Darci Piana.

Com a estrutura mais adequada, o foco administrativo agora é a modernização. Ainda neste ano, mais de 380 serviços públicos estaduais serão digitalizados. “Vamos partir para a consolidação do Governo 5.0 com o PIÁ [Paraná Inteligência Artificial], primeiro programa no País focado na prestação de serviços à população”, afirma Piana.

Responsável pelo desenvolvimento do PIÁ, a Celepar, sociedade de economia mista do governo, consolidou, no primeiro semestre de 2019,

tecnologias para incentivar startups locais, criação de empregos e facilitação no atendimento de ocorrências pelas forças de segurança. Esses ajustes, segundo Piana, são necessários para fomentar novos negócios, em especial no setor agrário.

MAIOR ALTA INDUSTRIAL

Na base do clima otimista, está a melhor notícia para a economia do Estado em 2019: o desempenho da produção industrial teve alta de 6,7% até setembro. Foi a maior elevação registrada no Brasil e o resultado estadual mais positivo desde 2011. No País, o índice ficou negativo em 1,4%.

De acordo com o Iparades, o crescimento foi puxado pelo bom desempenho dos setores alimentício, automotivo, máquinas e equipamentos. Só no primeiro semestre de 2019, a indústria automobilística local cresceu quase sete vezes mais do que o resultado nacional (3,5%). O setor de alimentos cravou aumento de 8,9%.

Uma das locomotivas do Estado, a indústria responde por 26% do seu PIB, contra 10% para agropecuária, 14% para administração pública e 50% para comércio e serviços. Em 2018, contavam-se 41.603 negócios industriais no Paraná, equivalente a 9% do total de empresas do setor em todo o Brasil.

São José dos Pinhais e Curitiba são polos da indústria automobilística. Nas regiões de Telêmaco Borba e Ortigueira se trabalha a extração de madeira. Maringá, Cascavel e Toledo congregam atividades baseadas na produção de alimentos.

Segundo o vice-governador, “a injeção de R\$ 20 bilhões por parte de empresas estrangeiras em 2019, além de outros R\$ 15 bilhões em análise, mostram como o Estado conseguiu retomar o caminho do crescimento econômico e ganhar a confiança da iniciativa privada”. Ele destacou que “o Paraná ultrapassou a marca de 66 mil novos empregos criados em 2019, o quarto maior índice nacional”.

AGRICULTURA PROMETE

No campo, um novo recorde da safra de grãos é esperado em 2020, quando a produção nacional de soja deve ultrapassar a dos Estados Unidos, alcançando o Brasil à condição de maior produtor mundial. A expectativa é de que a colheita do País chegue a 240,9 milhões de toneladas de grãos.

Se o clima não atrapalhar, o Paraná, segundo colocado na produção do grão em território nacional, pode contribuir para essa expectativa virar realidade. De acordo com dados da



Foto: Valterci Santos / Agência Estado

Linha de montagem de automóveis em São José dos Pinhais (PR)

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra paranaense em 2018/2019 alcançou 16,25 milhões de toneladas e ocupou 5,43 milhões de hectares. O campeão nacional é Mato Grosso, com colheita de 32,45 milhões de toneladas em área de 9,7 milhões de hectares.

Para Luiz Lourenço, presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Agroindustrial (Cocamar) – que reúne 216 cooperativas (62 agropecuárias), mais de 2,1 milhões de cooperados e tem participação no PIB agropecuário do Paraná de 60% –, “as perspectivas são boas”, embora a safra de soja de 2019 tenha sido um pouco menor que a do ano anterior: 16 milhões contra 20 milhões de toneladas.

“O produtor tem bons preços, está capitalizado nos últimos dez anos e o mercado é remunerador”, pontua o presidente. Segundo ele, o desempenho do cooperativismo paranaense, que faturou, em 2019, R\$ 85,1 bilhões – três vezes mais do que uma década atrás –, foi travado no campo por “uma forte estiagem no começo da plantação. Mas agora as chuvas reverteram a situação e vamos conseguir recuperar”.

EMBORA NÃO DEIXE DE ESTAR ATRELADO À CRISE NACIONAL, TUDO LEVA A CRER QUE O PARANÁ VAI REGISTRAR CRESCIMENTO GRADATIVO EM 2020

Em relação ao milho, o Estado é o segundo que mais produz no País, com exportações que totalizam US\$ 5 bilhões. Também é o maior produtor brasileiro de trigo e está no terceiro lugar no ranking do tabaco, lavoura que emprega 33 mil famílias. Ainda aparece como o Estado que mais produz feijão no Brasil, com três safras por ano. Os dados são do governo estadual e se referem a 2019.

Com rebanho de 9.275.271 cabeças em 2017, o Paraná vem se destacando na produção de leite e carne. Em 2018, a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM, do IBGE) confirmou que o Estado passou de terceiro para segundo maior produtor de leite do Brasil, com 4,4 bilhões de litros. No mesmo período, Minas Gerais, na liderança nacional, produziu 8,9 bilhões de litros, enquanto, em terceiro lugar, o Rio Grande do Sul teve 4,2 bilhões de litros.

Castro, nos Campos Gerais, região do Paraná tradicionalmente ocupada por imigrantes europeus, lidera a produção nacional, com 292 milhões de litros de leite. Destaque também para a vizinha Carambei, na terceira posição do ranking brasileiro, com 180 milhões de litros.

Outros municípios tiveram importante desempenho no campo: Ortigueira permanece o maior produtor de mel brasileiro; Nova Aurora foi a principal cidade voltada à piscicultura; Toledo reúne o maior rebanho suíno; e Cascavel soma o segundo maior número de galináceos.

Os dados do IBGE também consolidaram o Paraná como grande polo produtor de proteínas animais. O Estado fechou 2018 com 5,6 milhões de toneladas de carne. As exportações de carne de frango renderam US\$ 2,29 bilhões no período (recoo de 1,4% em relação a 2017) e as de carne suína, US\$ 0,179 bilhão (-11,2%).

SERVIÇOS CONTRATAM

Com 7.406 novos postos de trabalho em outubro de 2019, o setor de serviços e comércio paranaense ampliou a oferta de emprego, no melhor mês desde 2013. Segundo dados preliminares do IBGE, a atividade teve desempenho mensal positivo entre junho e setembro, passando de 0,2% para 0,5%.

Levantamento realizado em agosto de 2019 mostra ainda que 4.576 empresas começaram a atuar no setor. No acumulado do ano, são 35.896 negócios em atividade.

Proprietário da rede de 17 supermercados Festival, concentrados em Curitiba e Cascavel, Paulo Beal não tem queixas em relação a 2019, quando inaugurou mais uma operação na ca-

APOSTA NO TURISMO

Segundo a Paraná Turismo, o Estado recebe quase 16 milhões de turistas por ano. O forte potencial econômico do segmento se espalha por 14 regiões turísticas que oferecem mais de 2 mil atrativos. Um dos mais conhecidos é Foz do Iguaçu, terceiro destino mais procurado para o lazer no País, atrás apenas do Rio de Janeiro e de Florianópolis.

O Paraná é também o quarto portão de acesso dos turistas estrangeiros ao Brasil, recebendo mais de 948 mil visitantes internacionais em 2018.

O governo estadual aposta na melhoria desse desempenho. Segundo o vice-governador, Darci Piana, foram reservados R\$ 350 milhões para montar um banco de projetos. Entre as propostas, está a ampliação da rede de cidades atendidas por voos comerciais. “Por meio da Voe Paraná, 12 novos municípios passam a ser interligados com o território nacional”, diz ele, referindo-se ao programa estadual inaugurado em outubro de 2019 que, ao todo, oferece 55 voos semanais para 12 cidades do interior que têm entre 32 mil e 155 mil habitantes.

Outra iniciativa é a criação do roteiro da Grande Reserva Mata Atlântica, interligando o litoral do Paraná, São Paulo e Santa Catarina. O trecho ocupa cerca de 1 milhão de hectares de florestas naturais não fragmentadas e unidades de conservação já delimitadas, na região da Serra do Mar. Em 1989, o sítio foi declarado Patrimônio Natural Mundial, e, em 1991, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

pital paranaense: “O cenário é positivo. Com as reformas estruturais do governo, o dinheiro está saindo da especulação e indo para investimentos. Geramos mais de 500 empregos no ano e pretendemos crescer ainda mais”.

A boa fase do setor já se delineava em 2018, com a abertura de quase 46 mil companhias. Na época, o maior número de sociedades constituídas era de grupos empresariais.

A mais recente Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do IBGE, de 2017, aponta que a participação do Paraná na receita de serviços da Região Sul do Brasil aumentou 2,2%. Com isso, o Estado passou a responder por uma fatia de 39,3% da geração de receita bruta do setor. Em sentido contrário, o Rio Grande do Sul recuou a sua em 3,7%, respondendo por 35,2% do total. Santa Catarina, por sua vez, gerou 25,5%.

Naquele ano, a arrecadação do setor somou R\$ 98,93 bilhões no Paraná, alta de 201,5% em comparação a 2007, quando as empresas atuando no setor de serviços obtiveram R\$ 32,82 bilhões.

Em setembro de 2019, de um total de 12 setores, apenas três (concessionárias de veículos, vestuário e tecidos e livros e papelaria) registraram recuo em relação a igual período do ano anterior. Em primeiro lugar, lojas de departamentos obtiveram alta de 24,3%, seguida de combustíveis, autopeças e ótica, cine, foto e som. Supermercados cresceram 0,45%.

TÍMIDA REAÇÃO

Na indústria, entre 2014 e 2017, houve recuo de 17,3%. No triênio seguinte (2017/2019), a alta foi de 13,4%. Segundo o economista da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Evânio Felipe, “ainda não conseguimos recuperar a diferença, de 3,9%”.

Dados da Secretaria de Estado da Fazenda mostram que a arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) foi de R\$ 28,2 bilhões de janeiro a novembro de 2019, alta de 4,4% em relação a igual período de 2018. Curitiba (34,52%), Araucária (15,79%), São José dos Pinhais (4,61%) e Londrina (3,76%) são os quatro municípios que respondem pelos maiores valores arrecadados.

Em relação aos setores produtivos que mais contribuíram na geração de recursos, Nojima destaca a fabricação de produtos alimentícios, veículos automotores, reboques e carrocerias e a de celulose, papel e produtos de papel. Em valo-

res brutos da produção industrial de 2017, de um total de R\$ 212,603 bilhões, alimentos respondeu por 35,7% (R\$ 75.865 bilhões); veículos, por 12,4% (R\$ 26.301 bilhões); e papel, por 5,9% (R\$ 12.503 bilhões).

EXPORTAÇÕES CAEM

Entre janeiro e junho de 2019, o Paraná fechou a balança comercial com saldo positivo de US\$ 996,9 milhões. Apesar do bom desempenho, a queda foi de 12,8% frente ao primeiro semestre de 2018. Houve alta de 18% nas importações.

Para Evânio Felipe, o resultado se deve à redução do ritmo de consumo de parceiros importantes: “Houve menor dinamismo no mercado internacional, com quedas de 40% nas vendas para o mercado argentino e de 32% para a China”.

China, Argentina, Estados Unidos, Holanda, México e Japão são os seis primeiros destinos para os produtos do Estado. Felipe destaca que houve crescimento de 7% nas vendas para os Estados Unidos e de 123% para a Colômbia. “O mercado colombiano tem grande demanda no setor automotivo, comprando modelos 1.0 e veículos para transporte de passageiros.”

Nos seis primeiros meses do ano passado, o Estado exportou R\$ 7,8 bilhões, montante puxado pela indústria de cereais, cujo avanço foi de 71% sobre o período anterior. Só para o Oriente Médio, responsável por 84% do consumo de artigos paranaenses, a indústria de ce-

Fotos: Paulo Liebert / Agência Estado



Colheita da cana-de-açúcar na região de Cianorte e madeira armazenada para produção de papel em Telêmaco Borba



Foto: Agilberto Lima / Agência Estado

reais vendeu mais de US\$ 200 milhões. O segmento de carnes, por sua vez, obteve alta de 15% em relação a 2018, gerando US\$ 1,4 bilhão em bens exportados. Soja, carne, material de transporte e madeira foram os grupos de produtos mais exportados.

IDHM RESPEITÁVEL

Com 11.433.957 milhões de habitantes e a quinta maior população do País (IBGE, 2019), espalhada em 199.308 quilômetros quadrados (pouco mais de 2% do território nacional) e 399 municípios, o Paraná exibe bons indicadores em qualidade de vida. Segundo a Fundação João Pinheiro, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Paraná que mede o bem-estar social avaliando educação, longevidade e renda cresceu nas duas últimas frentes entre 2016 e 2017, alavancando o Estado à décima e à quinta posições, respectivamente.

A longevidade pontuou IDHM de 0,843 em 2017 contra 0,839, em 2016. Quanto mais próximo de 1, melhor o desenvolvimento humano da região. No Paraná se vive mais tempo que a média no País. Em 2018, a esperança de vida média ao nascer no Estado era de 77,7 anos (74,3 anos para os homens e 81,1 anos para as mulheres) – isto é, cerca de um ano e meio a mais que a média nacional, de 76,3 anos (72,7 anos para homens e 79,8 anos para mulheres).

Em renda, alcançou 0,771 contra 0,768. Em 2016, o PIB per capita paranaense chegou a R\$ 35.726. Segundo estimativas do IBGE e do Ipardes, em 2017, foi a R\$ 37,3 mil e, em 2018, alcançou R\$ 38.643. O resultado colocou o Estado em sétimo lugar no ranking nacional. À frente do Paraná apareciam

Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em educação, o IDHM teve pequeno retrocesso: 0,772 contra 0,764 em 2017, ficando, ainda assim, acima da média nacional (0,742). Em 2018, registrou 1.427.218 matrículas no ensino fundamental e 424.898 no ensino médio – respectivamente, sexta e quinta colocações no País. Em 2017, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estadual referente aos anos iniciais do ensino fundamental (que avalia a qualidade do aprendizado nacional) era de 6,5. A nota deixa o Paraná na segunda posição nacional. Quanto ao Ideb dos anos finais do ensino fundamental, registrou 4,9 (quinto lugar). A taxa de analfabetismo acima dos 15 anos recrudescceu levemente entre 2016 e 2018, segundo o IBGE, passando de 4,5% para 5% e mantendo posição nacional inalterada em sexto lugar.

MENOS GENTE. MAIS POBRES

Ainda de acordo com o IBGE, o Paraná tem o segundo menor índice nacional de mortalidade infantil, com 8,6 óbitos a cada mil recém-nascidos. Apenas o Espírito Santo tem performance melhor, com 8,1 óbitos. A taxa de mortalidade materna vem decrescendo desde 2010, quando pontuou 59,19/100 mil nascidos vivos, na 14ª posição nacional. Em 2017, caiu para 31,71/100 mil nascidos vivos e conquistou o primeiro lugar.

Na comparação com 2018, no ano passado a população do Paraná não só encolheu como cresceu abaixo da média do País. Enquanto a curva nacional registrou alta de 0,792% – saltando de 208,4 milhões para 210,1 milhões de pessoas –, a do Paraná ficou em 0,749%, fortemente influenciada por um saldo migratório negativo e taxas de fecundidade menores do que em outras regiões do Brasil. Em relação à variação populacional, o Estado foi apenas o 18º que mais cresceu. Curitiba, agora com 1.933.105 habitantes, é a cidade mais populosa do Estado e da Região Sul, sendo ainda a oitava no ranking nacional.

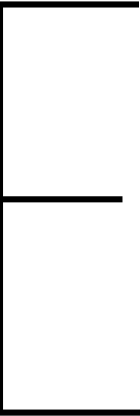
Um dos maiores desafios da gestão estadual é que, entre 2013 e 2018, o número de pessoas na extrema pobreza no Paraná quase dobrou, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS, IBGE). Em 2018, 305.949 mil habitantes viviam com uma renda mensal inferior a R\$ 145, contra 163.310 pessoas, cinco anos antes. Desde 2013, o indicador vem aumentando progressivamente. Em 2018, 1,5 milhão de moradores do Estado estavam vivendo abaixo da linha pobreza, com renda domiciliar per capita não superior a R\$ 420. Em 2017, eram 45 mil pessoas a menos, comparativamente.

&

VÍTIMAS DA CULTURA DO ESTUPRO



texto SILVIA KOCHEN | ilustração PEDRO VÓ



Eram 7h de uma manhã em 2017 quando Carol [nome fictício] se dirigia ao trabalho. Enquanto estava no ponto de ônibus, a jovem de 23 anos foi abordada por um conhecido que, de dentro do carro, lhe pediu uma informação. Ao se aproximar, ele a puxou para dentro do automóvel e levou para um terreno baldio. Lá a estuprou, feriu e abandonou. Carol conseguiu pedir ajuda, voltou para casa e contou tudo para a mãe e a irmã, que já havia sido estuprada por um familiar próximo, anos atrás.

Imediatamente, elas procuraram auxílio médico, e a jovem foi submetida a uma série de exames, medicada com coquetel antiaids e a pílula do dia seguinte e encaminhada para atendimento psicossocial. Ainda teve de reviver o que passou ao contar o ocorrido para justificar sua falta na empresa onde trabalha e ao prestar queixa na delegacia.

Carol passou a fazer tratamento psicológico, o namorado a abandonou dizendo que ela “deu mole” para o agressor e ela nunca mais conseguiu se relacionar com um homem. Até hoje, nada aconteceu com o estuprador, que não foi preso em flagrante.

Quem relata o episódio é Antonia Vanderlene de Souza Moraes, psicóloga clínica com quase duas décadas de experiência. Ela foi integrante do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres em Campinas por dois mandatos; Carol foi uma das muitas mulheres que atendeu.

A psicóloga lamenta que vítimas como Carol muitas vezes são apontadas como culpadas pela violência que sofreram porque estavam “com roupa curta, sozinhas em local ou hora imprópria, deram mole...”. Antonia é uma das especialistas no tema que aponta a existência de uma cultura do estupro – uma espécie de senso comum que tende a achar normal a violência sexual. Por causa dessa visão, em vez de se combater o crime, faz-se de tudo para justificá-lo. Ela afirma que muitos casos não são notificados por vergonha, medo, insegurança e mesmo falta de estrutura adequada para acolher as vítimas de forma humanizada.

INDICADORES

Na contramão dos homicídios, que recuaram em 2018 em relação ao ano anterior, os estupros aumentaram. O Brasil registrou 48.962 assassinatos em 2018, recuo de 10,8% em relação aos 56.077 do ano anterior. Já os estupros passaram de 63.157 para 66.041 no mesmo período, alta de 4% e média de 181 casos por dia. As tentativas de estupro, porém, caíram de 7.666 em 2017 para 7.288, recuo de 5,7%. Contingentes tão expressivos ficam ainda mais chocantes quando se sabe que as ocorrências devem ser muito maiores porque são raros os casos registrados pela polícia.

Os números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, com dados consolidados de 2018, falam por si: 81,8% das vítimas são do sexo feminino; 53,8% tinham até 13 anos – o que significa que quatro crianças de até 13 anos são estupradas por hora no Brasil –; e 50,9% são negras. Os dados do Anuário indicam que os perfis predominantes das vítimas é de crianças do sexo feminino e o dos agressores é de parentes ou pessoas próximas, como pais, tios, irmãos, vizinhos e amigos.

“Não sabemos ao certo o número de estupros no Brasil, pois não há um levantamento nacional sobre o assunto”, destaca o pesquisador da área de segurança pública do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele estima que apenas 10% dos casos de violência sexual são

MAPA DA VIOLÊNCIA EM 2019

FEMINICÍDIO

1.206 VÍTIMAS
CRESCIMENTO DE 11,3%
ÁPICE DA MORTALIDADE
SE DÁ AOS 30 ANOS

Houve crescimento de
28,2% ENTRE 20 E 29 ANOS
29,8% ENTRE 30 E 39 ANOS
18,5% ENTRE 40 E 49 ANOS

61% NEGRAS
70,7% TINHAM NO MÁXIMO
ENSINO FUNDAMENTAL

EM 88,8% DOS CASOS O
AUTOR FOI O COMPANHEIRO
OU O EX-COMPANHEIRO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

1 REGISTRO A CADA 2 MINUTOS
263.067 CASOS DE LESÃO CORPORAL
DOLOSA CRESCIMENTO DE 0,8%

VIOLÊNCIA SEXUAL

66.041 REGISTROS EM 2018, O
MAIOR JÁ REGISTRADO

Quem são as vítimas
da violência sexual
– 81,8% DO SEXO FEMININO
– 53,8% TINHAM ATÉ 13 ANOS
– 50,9% NEGRAS E 48,5% BRANCAS

4 MENINAS DE ATÉ 13 ANOS
ESTUPRADAS POR HORA

180 ESTUPROS POR DIA
CRESCIMENTO DE 4,1%

FONTE: ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA
PÚBLICA 2019 – FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA

efetivamente denunciados no Brasil, o que dá uma estimativa de cerca de 650 mil ocorrências por ano. Mas, ressalta Cerqueira, nos Estados Unidos, as notificações também não são muito frequentes, pois uma sondagem realizada em 2006, pelo Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos, indicou que apenas 19% dos casos chegam à polícia. Com o alto índice de subnotificação registrado em vários países, fica impossível comparar a incidência de estupros aqui e em outras nações.

CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA

A assessora jurídica do Ministério Público de Santa Catarina Giovana Rossi desenvolveu pesquisa que fornece uma das explicações possíveis para a baixa notificação, pois o Judiciário tende a deixar o estuprador impune e, em vez disso, julgar a vítima. Ela conta que sempre se interessou por pautas feministas e resolveu estudar como os processos judiciais eram conduzidos em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que posteriormente foi publicado como o livro *Culpabilização da vítima no crime de estupro: os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade jurídica*.

“O estupro gera repúdio, mas é a vítima que é julgada”, diz Giovana. Ela verificou que há uma análise do comportamento da mulher para decidir se ela merece, ou não, a proteção da lei. Juízes, policiais, promotores e agentes em geral trabalham com a ideia de que o estuprador é doente e que a vítima não é uma “mulher honesta”, e isso interfere em suas decisões.

Uma das dificuldades quanto à caracterização do crime está em sua própria definição, após alterações na lei, em 2009. Antes, só era considerado estupro se houvesse penetração vaginal, assim, apenas meninas ou mulheres poderiam ser vítimas. Havia ainda o “atentado violento ao pudor”, caracterizado como um ato invasivo, como passar a mão em partes íntimas, por exemplo. Com a mudança na lei, estupro passou a ser considerado “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (artigo 213 do Código Penal Brasileiro).

Segundo Giovana, há uma falha nessa definição, pois “ato libidinoso” é um conceito muito subjetivo, e cada juiz tem uma ideia própria sobre o que vem a ser isso. O mesmo em relação ao termo “atentado violento ao pudor”.

Um agravante para o crime é o caso de a vítima ser considerada vulnerável. Isso acontece quando ela tem menos de 14 anos e, portanto, é vista como juridicamente incapaz para consentir relação sexual, ou esteja sem condições de oferecer resistência (sob o efeito de drogas, enferma ou com algum tipo de deficiência). A mudança de definição permitiu que casos de crianças do sexo masculino violentadas também pudessem ser considerados e tratados como estupro, além de caracterizar comportamento abusivo.

Giovana Rossi conta que ficou surpresa ao verificar que, apesar de a legislação ter avançado para promover a assistência a vítimas de violência sexual, o entendimento judicial ainda é retrógrado, a culpabilização da vítima é frequente e os estupradores dificilmente são punidos.

FAMÍLIA

Para a diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, socióloga e especialista em políticas públicas, Samira Bueno, o aumento dos índices de estupro no Brasil reflete dois fatores. O primeiro é positivo: as mulheres estão mais empoderadas e, por isso, se sentem mais encorajadas a denunciar. O segundo é negativo: o crescimento ocorre dentro de um contexto do aumento da violência contra a mulher.

O lado mais sombrio do estupro no País é que ocorre com mais frequência dentro do ambiente familiar e tem como principal alvo crianças em

APENAS 10% DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL SÃO
DENUNCIADOS NO BRASIL, O QUE SIGNIFICA CERCA DE 650
MIL ESTUPROS AO ANO OU MÉDIA DE 1,78 MIL POR DIA

tenra idade. “O perfil mais comum de vítimas é de meninas entre sete e dez anos de idade, e os agressores costumam ser parentes ou pessoas próximas da família”, como vizinhos ou amigos. “Trata-se de uma relação de poder e de domínio”, ressalta Samira.

Boa mostra desse cenário de prevalência da violência sexual dentro da família foi dada pela Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDF Mulher), divulgada em 2016 e realizada em parceria da Universidade Federal do Ceará com o Instituto Maria da Penha – entidade cuja fundadora ficou paraplégica em função das agressões do companheiro e inspirou a adoção da Lei n.º 11.340/2006, que leva seu nome e coíbe a agressão contra a mulher – reuniu entrevistas com 10 mil mulheres nos nove Estados do Nordeste brasileiro e utilizou apenas entrevistadoras, que passaram por intenso treinamento, para deixar as entrevistadas à vontade. O resultado foi a mais ampla sondagem sobre violência de gênero disponível no País.

Em relação ao estupro, o levantamento sondou apenas experiências com o companheiro atual ou antigo, sem levar em conta casos com parentes ou pessoas próximas. Em São Luís, no Maranhão, menos de 5% relataram algum episódio. Em João Pessoa, na Paraíba, foram 8,8%. Os resultados detalhados podem ser encontrados no site do Instituto Maria da Penha.

O estupro está dentro de um contexto mais geral de violência contra a mulher, destaca Cerqueira, do Ipea. Essa violência pode ser de vários tipos. As mais comuns são a psicológica e a emocional, caracterizadas por insultos e comentários depreciativos, entre outras ações, que fazem a mulher se sentir deprimida e incapaz de decidir sobre a própria vida. Normalmente, esse é o tipo de violência que abre as portas para outras formas, como a patrimonial, na qual a família ou o companheiro se apropria dos bens da mulher deixando-a sem condições mínimas materiais, como forma de exercer o controle sobre ela. Há também a física, com agressões que, em casos extremos, podem chegar ao feminicídio, e a sexual, caracterizada por qualquer ato ou prática sexual não consentida.

EDUCAÇÃO

Diante desse cenário de violência sexual generalizada no ambiente doméstico, os pesquisadores apontam para uma única solução: o investimento em educação de gênero nas escolas. “Mesmo que se consiga dar respostas adequadas para estupradores, com punição efetiva, a solução passa por uma mudança cultural, dentro das escolas”, diz Samira Bueno. O pesquisador José Raimundo, que coordenou o PCSVDF Mulher, também defende a educação de crianças e jovens como a principal resposta para o crime.

Para Cerqueira, do Ipea, o caminho passa por três pontos. O primeiro seria avançar no empoderamento feminino. “Mas isso não seria suficiente”, lembra. Ele acrescenta que é preciso instituir uma educação escolar voltada para a cidadania. Além disso, é fundamental investir em formação adequada dos agentes públicos que lidam com a questão e na elaboração de banco de dados de qualidade, componentes básicos para gerar diagnósticos cada vez mais precisos que possibilitem mudanças por meio de políticas públicas.

Giovana Rossi acredita que a chave para combater esse crime é “a conscientização e a educação sobre o tema, que precisa ser discutido, inclusive na escola”. Ela acredita que as pessoas não têm informação correta sobre o tema e re-produzem a cultura do estupro que está disseminada em novelas, músicas, propagandas e na linguagem cotidiana.

A reportagem da **Problemas Brasileiros** solicitou entrevista com o porta-voz do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para abordar a situação do estupro no Brasil e as políticas públicas correlatas. O Ministério respondeu que “não será possível atender ao pedido; estamos sem disponibilidade de fonte e agenda”.

&

PESQUISA BRASILEIRA DE OLHO NOS FUNGOS DO GELO

texto EVANILDO DA SILVEIRA | ilustração DANIEL MONTEIRO

Ilustração sobre foto de divulgação, as cores da imagem foram alteradas.

V

Vista de longe, a Antártica nada mais é do que uma vastidão gelada e deserta, onde praticamente não chove e a temperatura pode chegar a quase 90°C negativos, com ventos de mais de 320 quilômetros por hora. Mas essa é uma impressão falsa. O continente abriga complexos ecossistemas, muitos ainda desconhecidos, que fervilham vida – principalmente na forma de microrganismos –, como em outras partes da Terra. Entre esses organismos estão milhares de espécies de fungos, muitos dos quais produzem substâncias que estão sendo pesquisadas e poderão gerar, por exemplo, medicamentos contra malária, dengue e leishmaniose, além de pigmentos, protetores solares e herbicidas.

As descobertas fazem parte do Projeto Micologia Antártica (MycoAntar) – grupo de pesquisas composto por 50 cientistas, entre professores, pesquisadores e estudantes de graduação, mestrado e doutorado, de várias instituições brasileiras –, que há 12 anos vem coletando, mapeando e estudando fungos na região. O trabalho resultou no recém-lançado livro *Fungi of Antarctica: Diversity, Ecology and Biotechnological Applications*. “É o primeiro no mundo que aborda exclusivamente a biodiversidade desses microrganismos antárticos e suas potenciais aplicações biotecnológicas e representa nossos trabalhos ininterruptos no Programa Antártico Brasileiro [*Proantar*]”, diz o coordenador do grupo e da obra, Luiz Henrique Rosa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O livro apresenta informações de vanguarda sobre a micologia – estudo dos fungos – antártica. “Conhecer a biodiversidade dos fungos presentes na Antártica é o primeiro passo para utilizá-los como fonte de bioprodutos [*itens feitos com base em seres vivos*], por exemplo, novos medicamentos”, explica Rosa. “À medida que vamos coletando os que habitam aquele continente, também os preservamos vivos na Coleção de Microrganismos e Células da UFMG, que é, hoje, a maior do mundo, com cerca de 15 mil linhagens [*diferentes grupos dentro de uma mesma espécie, como as distintas raças pertencentes à espécie dos cães*] preservadas.”

DESAFIOS DO CLIMA E DO ISOLAMENTO

Descobrir e coletar os fungos não são trabalhos fáceis. “Além do frio, existem mudanças bruscas do clima num curto espaço de tempo”, explica a pesquisadora Mayara Baptistucci Ogaki, também da UFMG e integrante do MycoAntar. “Muitas vezes, a coleta pode ser inviabilizada por tempestades de neve e lagos congelados, que ficam difíceis de acessar e perfurar. Tudo depende do clima para que a logística da coleta seja planejada, ou seja, condições do mar, para que os botes saiam dos navios Almirante Maximiano e Ary Rongel, e do céu, para que o helicóptero nos leve até os pontos de coleta mais difíceis de acessar caminhando. Há, ainda, os locais de difícil acesso, como os lagos de cratera em vulcões extintos ou dormentes, como o Crater Lake, que fica na Ilha Deception.” Os dois navios dão apoio às pesquisas brasileiras na Antártica. E, algumas vezes, ainda hospedam os cientistas que não conseguiram ficar na base do País, a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), por excesso de lotação. Em ambas as embarcações, os pesquisadores dispõem de laboratórios para realizar os trabalhos preliminares.

Segundo Rosa, o clima na Antártica é muito dinâmico e intenso. Ao longo das 24 horas do dia, pode ter vento zero ou de até 120 quilômetros por hora, além de nevascas. Às vezes não é possível sair da EACF para trabalhar por causa dos fortes ventos. “Durante o verão, podemos enfrentar e ter que trabalhar sob temperatura de 10°C negativos, com sensação térmica de até 30°C abaixo de zero”, conta. “Por isso, temos de usar roupas pesadas e, para acessar determinadas áreas, caminhar longas distâncias, o que é muito cansativo e exige bom preparo físico.”

Além disso, na região, as pessoas estão submetidas à alta incidência de radiação ultravioleta e é necessário se proteger com óculos especiais e forte filtro solar. “Quando ficamos embarcados nos navios polares, en-

PESQUISADORES MANTÊM UM BANCO DE PRESERVADOS EM ULTRACONGELAMENTO COM 620 LEVEDURAS E 115 FUNGOS FILAMENTOSOS, ALÉM DE 293 BACTÉRIAS

frentamos a água do mar que se encontra em temperatura abaixo de zero e frequentemente nos molhamos ao utilizar os botes para desembarcar para coletas de amostras nas diferentes ilhas”, diz Rosa.

“Tanto nos navios quanto na estação, enfrentamos o confinamento por, no mínimo, um mês, mas alguns pesquisadores podem permanecer até cinco meses. Também há os que acampam e enfrentam todas as intempéries da Antártica abrigados apenas em barracas.”

Sua colega, Graciële Cunha Alves de Menezes, acrescenta as dificuldades logísticas num continente tão remoto e isolado. “Temos de nos planejar para as coletas, quando embarcados, hospedados na EACF ou acampados ao ar livre.” Além disso, ela acrescenta que “dependemos totalmente de condições climáticas favoráveis. Brincamos que só trabalhamos e coletamos aquilo que a Antártica deixa. Como se não bastasse, temos a questão do isolamento do mundo externo. Quando acampamos ou ficamos embarcados, não temos acesso à internet e ao telefone, a não ser via satélite. Precisamos aprender a nos desligarmos do mundo durante a expedição, isso inclui a família.”

DE MEDICAMENTOS A FILTRO SOLAR

Depois de coletados, todos os fungos são estudados em laboratórios no Brasil para verificar se produzem moléculas ou substâncias que possam dar origem a novos antibióticos e medicamentos, inclusive contra doenças tropicais, como dengue, doença de Chagas, malária e leishmaniose. Com base nesses organismos, também poderão ser desenvolvidos outros produtos, como pigmentos fotoprotetores, pesticidas e herbicidas para uso na agricultura.

Os estudos estão em andamento, mas ainda há muito o que pesquisar. “A diversidade de microrganismos antárticos, que inclui os fungos, é praticamente desconhecida pela ciência”, afirma Rosa. “Estima-se que existam cerca de 5 milhões de espécies de fungos no planeta, dos quais são conhecidos apenas aproximadamente 100 mil. Na Antártica, já foram descritas perto de mil, ou seja, 1% do que é conhecido. Contudo, muitas, ainda desconhecidas, podem ocorrer nos diferentes ambientes da região. Como a Antártica possui em torno de 14 milhões de quilômetros quadrados [uma vez e meia a área do Brasil], a catalogação da comuni-

dade dos que vivem lá pode durar muitos anos e talvez nem terminar, pois algumas regiões são de difícil acesso, como os lagos subglaciais, que estão a dois quilômetros de profundidade, abaixo da crosta de gelo.”

Além disso, a Antártica, apesar de não aparentar, possui diferentes ecossistemas terrestres e marinhos, com fungos que podem ser integrantes de diferentes grupos. “Em todos os substratos que estudamos até o momento – neve, solos, rochas, sedimentos marinhos e de lagos, água marinha e de lagos, plantas, invertebrados –, encontramos espécies desses micro-organismos”, afirma Rosa.

Apesar dos avanços, o Brasil não é o pioneiro nesse trabalho. Os primeiros pesquisadores que estudaram a diversidade de fungos na região foram os ingleses e americanos, por volta de 1960. Na década de 1990, cientistas da Itália começaram seus trabalhos; e, em 2000, foi a vez dos argentinos e espanhóis.

“Nossos trabalhos se iniciaram em 2006, e, em seguida, veio Chile, Coreia do Sul e China”, lembra Rosa. “A tendência é que outros países e grupos de pesquisa também avancem nesse tema, pois os fungos possuem sistemas metabólicos complexos e são capazes de produzir diferentes substâncias de interesse biotecnológico.”

LIQUENS, ENZIMAS E MUITO MAIS

Nesse período, já foram feitas descobertas importantes. O pesquisador Alysson Wagner Fernandes Duarte, do campus de Arapiraca, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), por exemplo, já esteve duas vezes na Antártica estudando líquens – seres vivos complexos formados por simbiose entre um fungo e uma alga azul ou verde. “O continente tem uma alta diversidade de líquens, e esses organismos acabam ‘abrigoando’ uma variedade microbiana interessante”, conta Duarte. “Hoje temos um banco de preservados em ultracongelamento com 620 leveduras e 115 fungos filamentosos, além de 293 bactérias.”

Duarte diz que o grupo está, agora, na etapa de prospecção de moléculas como enzimas, pigmentos e antimicrobianos. “Entre as primeiras, descobrimos algumas que podem ser utilizadas na degradação de resíduos agroindustriais, em indústrias têxteis, de papéis, biocombustíveis e também na indústria alimentícia, melhorando texturas e clarificando bebidas como sucos.”

“Também estamos em busca de pigmentos produzidos por fungos. Como a Antártica



Foto: Divulgação

Coleta de neve antártica para isolamento de fungos

dispõe de exposição solar intensa, uma das estratégias dos microrganismos é desenvolver alguns pigmentos com atividade fotoprotetora, a fim de reduzir os danos causados pela radiação ultravioleta”, acrescenta Duarte.

Ainda nessa área de pigmentos, Graciële descobriu uma espécie de fungo antártico bem peculiar, pois possui coloração azul, rara no reino Fungi (dos fungos). “A maior surpresa foi a continuidade do estudo, pois, após sequenciar o seu DNA, descobrimos que ela é nova para ciência e endêmica da Antártica”, revela Rosa. “Nós a nomeamos *Antarctomyces pellizariae*, em homenagem à professora Vivian Pellizari, da Universidade de São Paulo (USP), por seu importante papel na pesquisa e no estabelecimento da microbiologia antártica no Brasil.” Foi a cientista quem realizou as primeiras pesquisas nacionais com microrganismos no continente gelado.

As surpresas com o novo fungo não pararam por aí. “Começamos a estudar o pigmento azul do *A. pellizariae* em conjunto com o professor Juliano Bicas, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pois eles são raros na natureza”, destaca Rosa. “Ele tem grande potencial para utilização na indústria de alimentos como corante natural. O pigmento está sendo identificado pelo grupo da Unicamp e parece que são três diferentes e, talvez, novos. Eles também estão sendo estudados como potenciais fotoprotetores para radiação ultravioleta.”

LENTA E SILENCIOSA

Embora o trabalho do MycoAntar ainda não tenha gerado um produto comercial, não se deve menosprezar a importância de suas descobertas. “Como ainda somos iniciantes na área de biotecnologia antártica, estamos na fase de caracterização desses bioprodutos, os quais requerem tempo para aplicação comercial”, explica Rosa. “A ciência de qualidade é lenta e silenciosa, pois a experimentação deve ser detalhada e de alta qualidade. Entretanto, quando os resultados efetivos são obtidos, podem ser altamente impactantes. Isso é o que esperamos no futuro próximo, caso os investimentos não cessem.”

Pelo menos por enquanto, não há esse risco. O custo da pesquisa varia de acordo com a proposta de estudo, o que é definido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dentro do Proantar existem projetos com investimentos de R\$ 200 mil a R\$ 1,5 milhão, para quatro anos de trabalho na Antártica e também nos laboratórios no Brasil. “As atividades científicas na Antártica se baseiam no dólar, pois temos de comprar reagentes e equipamentos importados para os trabalhos, por isso, o montante não é tão grande quanto se imagina”, afirma Rosa. “O CNPq está em dia com os pagamentos dos projetos, os quais foram divididos em três parcelas. Já pagaram duas, e a previsão é pagar a terceira agora, em 2020.”



B



texto LÚCIA HELENA DE CAMARGO

O ensino que extrapola a sala de aula

Vontade de aprender, interesse no assunto ensinado, atenção. Na classe ideal, todos os alunos compartilhariam essas características. Mas, no dia a dia, os professores nem sempre encontram o caminho tão propício para transmitir conhecimentos. Para que as aulas sejam aproveitadas, é preciso inventar fórmulas, adaptando matérias à realidade de cada conjunto de estudantes. Assim, cada professor acaba criando métodos e dinâmicas próprias. O livro *Arte da aula*, que acaba de ser lançado pela editora Sesc São Paulo, reúne saborosos depoimentos de dez professores de universidades públicas do Estado de São Paulo sobre suas experiências em sala. Sem romantizar a atividade nem se concentrar nas agruras da profissão, os educadores narram anedotas e episódios do cotidiano do ensino brasileiro.

Organizado pelos professores Denilson Soares Cordeiro, que leciona Filosofia na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e Joaci Pereira Furtado, dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense (UFF), *Arte da aula* traz entrevistas propositadamente transcritas na mesma linguagem coloquial em que foram concedidas, com objetivo de aproximar a obra do leitor, como se este participasse do bate-papo.

O professor Alcir Pécora, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), conta o episódio que se iniciou com um singelo convite a uma redação coletiva e acabou se transformando em algo bem maior. Ele escreveu uma frase na lousa e pediu aos alunos que fossem adicionando outras, continuando a narrativa. A brincadeira fez tanto sucesso que, esgotado o espaço do quadro-negro, as frases seguiram sendo anotadas na parede da sala de aula, saindo, depois, pelo corredor da escola. Ao se engajar no divertimento de criar situações inusitadas, complementando a ideia anotada pelo colega anterior ou antagonizando-a, mudando os rumos da história, os alunos aprenderam bem mais sobre narrativa do que o fariam numa aula tradicional.

Já Isabel Loureiro, da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Marília, analisa o legado de longo prazo ao fazer um exercício de tolerância nos momentos em que a classe parece alheia e distante. “Acho que, alguma coisa, o professor deixa. Mesmo quando não tem uma resposta logo em seguida, algo fica. Assim como ficou, para nós, de nossos professores.” E João Adolfo Hansen, da Universidade de São Paulo (USP), destaca o necessário respeito dos mestres aos estudantes. “Os alunos são seres inteligentíssimos. Mesmo quando não são, devem ser tratados como se fossem. Honestidade, amizade e humor”, diz.

Concederam depoimentos ainda os professores Ataliba de Castilho (Unesp/Marília, Unicamp e USP), Franklin Leopoldo e Silva (USP), Leon Kosssovitch (USP), Marilena Chauí (USP e ex-secretária municipal de Cultura de São Paulo), Olgária Matos (USP), Renato Janine Ribeiro (USP) e Willi Bolle (USP).

&

U



PAULO DELGADO

é sociólogo e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP

UM REVÉS PARA A INFORMALIDADE

É desconfortável para o governo, cuja orientação central é a recuperação da atividade econômica, ter como principal contraponto ao seu desejo a tímida e inconsistente melhoria dos índices de desemprego.

O Brasil é sempre paralisado por uma espécie de “fada da confiança política” e continua imaginando que é possível ver aumentar o PIB sem crescer a produtividade do trabalho, o mercado interno e a taxa de investimento público-privada. Um outro problema paralisante é a eterna divisão existente entre, de um lado, os economistas sociais, certos de que é a desigualdade que está refreando a demanda, esmagando nossa recuperação e mantendo a crise permanente. De outro, os economistas liberais, convencidos de que a ideia do crescimento é uma onda geral, traduzida na velha imagem de que é a maré alta que levanta todos os barcos.

Vivemos um permanente enfrentamento entre reforma e contrarreforma estimulado pela longa crise de financiamento do Estado democrático em que o governo, apesar de praticar elevada taxa de confisco e gastar mais do que arrecada, oferece insuficientes benefício e retorno aos pagadores de impostos.

País rico para valer é analisado segundo seu PIB per capita e já resolveu problemas de educação, legislação trabalhista e infraestrutura. Também pensa nos direitos das próximas gerações e tem a justiça fiscal e a segurança jurídica como virtudes do ambiente de negócios. Atualmente, diante da maior concorrência predatória nos mercados e da velocidade da revolução tecnológica que gera insegurança e desemprego, é um desafio diário assegurar a riqueza das nações e o trabalho produtivo dos indivíduos.

E é nesta confusão de conceitos que reconhecer o trabalho garantido – aquele disponível

sendo uma real oportunidade – deveria ser tão estimulado como defender o trabalho protegido, com carteira assinada. A dignidade do trabalho nunca foi consequência do emprego clássico.

É cada vez mais constatado pelos pesquisadores do trabalho e do emprego modernos que, diante da revolução tecnológica, o futuro do trabalho ainda está fora da total compreensão do horizonte do presente em que vivemos.

Por isso, qualificar os jovens para o trabalho, o saber virtual e o estudo contínuo é uma ótima forma de protegê-los de fato, oferecendo habilidades técnicas e comportamentais exigidas nos empregos das novas profissões que aparecem a cada dia. Caberia ao governo estimular os programas de estágio e aprendizagem, como incubadoras de novos trabalhadores de forma mais dinâmica e menos burocratizada, permitindo aos jovens mais tempo de formação prática dentro das empresas. E, ao mesmo tempo seria oferecido às empresas acesso permanente a plataformas de acompanhamento dos arcos profissionais que vão surgindo e das novas habilidades a serem adquiridas pelos seus colaboradores.

É preciso, ainda, determinação para legalizar a economia informal e encontrar o seu valor. Só assim é possível parar de definir a informalidade pelo lado da contravenção e da desproteção total do trabalhador. Muito ajudaria se o governo, analisando setor a setor e até caso a caso, definisse seus territórios econômicos descriminalizando sua prática. E criasse condições para que os informais também contribuíssem para a Previdência Social, não deixando que diante da doença e da velhice as pessoas ficassem desamparadas e arruinadas porque o Estado considera precário o valor do seu trabalho.

Ao mesmo tempo, não é possível descuidar de enfrentar a questão da informalidade pelo lado do contratador do trabalho, permitindo a emissão de notas fiscais simplificadas com alíquotas mínimas ou sociais que ajudariam a dar cidadania fiscal a cada vez mais setores econômicos.

&



Arte da aula

Edições Sesc São Paulo, 2019. Edição impressa: 208 páginas (R\$ 60); e-book: R\$ 30.



Ilustração sobre foto do acervo Última Hora/Arquivo do Estado/Folhapress.

ELISETE CARDOSO DE BONECA DE PICHE A DIVINA

texto HERBERT CARVALHO | ilustração TIAGO ARAUJO

R

“Rua Nascimento Silva, 107/Você ensinando pra Elisete/As canções de ‘Canção do amor demais’”. Na música “Carta ao Tom 74”, o poeta Vinicius de Moraes recorda ao parceiro Antônio Carlos Jobim um endereço no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, berço da bossa-nova.

Apresentado ao mundo por meio do LP *Canção do amor demais*, o mais célebre movimento de modernização da Música Popular Brasileira (MPB) chegou ao público por meio da voz da mais romântica das cantoras brasileiras do século passado: Elisete Cardoso [*grafia recomendada em português. Há discos que trazem “Elizete” e “Elizeth”*].

Nesse disco antológico de 1958, a intérprete de sambas-canção consagrada como a *Divina*, grava pela primeira vez “Chega de saudade”, a faixa considerada marco zero da bossa-nova por trazer a inusitada batida de violão de João Gilberto, símbolo da grande novidade que conquistaria o Brasil e o mundo.

Quem foi, porém, essa “mulata que canta samba para chuchu”, como a definira, alguns anos antes, ninguém menos do que Carmem Miranda? Que dificuldades enfrentou até se firmar como primeira-dama da nossa música popular, com direito a cantar Villa-Lobos nos teatros municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo?

Dois outros endereços – desta vez, na região central da então capital do País – ajudam a traçar uma trajetória que se iniciou há exatos cem anos. No primeiro, Rua Ceará n.º 8, nas proximidades do Morro da Mangueira, nasceu em 16 de julho de 1920, Elisete Moreira Cardoso, filha da baiana Maria José Vilar, a *Dona Moreninha*, que gostava de cantar, e do carioca Jaime Moreira Cardoso, um mulato de 1,90 metro que, além de ser fiscal da prefeitura, era tocador de violão e seresteiro.

No segundo, Rua do Resende n.º 87, casa de sua tia Ivone e do marido dela, Pedro, também seresteiro e amigo de vários músicos importantes da época, foi comemorado o seu décimo sexto aniversário.

Na festa, compareceram Pixinguinha, João da Baiana e o jovem Jacob do Bandolim, autor de clássicos como “Doce de coco” e “Noites cariocas”, que, anos mais tarde, descreveria o que aconteceu naquele dia. “Era uma festinha de aniversário igual a qualquer outra. Chopinho, docinhos, bolinhos-da-sogra. Mas houve uma pessoa que neste dia conheci, uma menina, e a acompanhei, fiquei entusiasmado e a encaminhei à extinta Rádio Guanabara.”

Uma voz de adolescente, mas já profissional, sem erros, foi a causa do entusiasmo do instrumentista. Assim, apesar de tímida, Elisete não titubeou ao enfrentar – e superar – diversas candidatas no teste a que a submeteram antes que fosse admitida no *Programa Suburbano*, ao lado de Vicente Celestino e de outros artistas consagrados, como Noel Rosa, Moreira da Silva, Aracy de Almeida e Marília Batista.

Até então, sua vida não tinha sido fácil. Aos dez anos, abandonou a escola apenas com o curso primário para ajudar no sustento da casa, ao lado dos cinco irmãos. “Passei a minha vida inteira lamentando não ter estudado”, confessaria ela, pouco antes de completar 63 anos de idade. Tinha sido operária de fábrica, balconista e ca-beleireira quando a carreira artística se apresentou diante dela como uma possibilidade.

Mas continuaria a não ser fácil, em especial para uma mulher com a pele escura em plena década de 1930, quando ainda eram comuns as prisões de quem se atrevesse a tocar, cantar ou dançar samba na rua. O machismo e o racismo foram expressos pelo próprio pai, que, apesar de não cumprir suas obrigações de provedor familiar, não aceitava a incursão da filha pelo meio artístico profissional, mal afamado na época.

Outra guerra foi para namorar, o que ela mais queria fazer além de dançar e cantar. “Namorei muito, ouviu?! Houve ocasiões que nem sabia que lado deveria tomar na rua, porque era um namorado me esperando do lado esquerdo, outro do lado direito e, muitas vezes, um terceiro esperando à frente. Assim foi minha juventude”, recordou, em seu depoimento ao Museu da Imagem e do Som (MIS). Entre os afetos, estava o craque de futebol Leônidas da Silva, “o Pelé da época”, como ela diria mais tarde. O namoro acabou porque o pai



ameaçou invadir o jogo do Flamengo contra o América para dar uma surra em Leônidas.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a carreira de Elisete Cardoso avançou de forma lenta e penosa. Os cachês na rádio eram baixos, o que a levou a se apresentar em circos, clubes e cinemas. Com Grande Otelo, mais famoso ator do teatro de revista de então, protagonizou durante dez anos o quadro baseado no samba “Boneca de piche” (Ary Barroso e Luís Iglésias). Para ficar tão negra quanto o parceiro, pintava o rosto, os braços e as pernas de preto, à maneira de Al Jolson. Na falta de dinheiro para tintas, o efeito era obtido com o uso de rolha queimada.

Para se livrar da tirania do pai, casou em 1939 com o cavaquinhoista Ari Valdez, mas o casamento durou pouco, apesar de Elisete estar grávida de seu primeiro e único filho, Paulo César Cardoso Valdez. Com a mãe e uma criança – Teresa Carmela, acolhida por Dona Moreninha – para sustentar e um filho na barriga, Elisete foi parar no Dancing Avenida, que oferecia moças para o cliente que pagasse para dançar com elas.

Depois de vários anos, tornou-se crooner da orquestra do Avenida, dando início à fase de cantora da noite, que, nas décadas seguintes, a tornaria a grande atração das mais importantes casas noturnas e boates do Rio de Janeiro e de São Paulo.

“Em 25 de julho de 1950, Elisete Cardoso entrou no estúdio para gravar o disco que a levaria ao estrelato”, relata Sérgio Cabral, na biografia *Elisete Cardoso: uma vida*. Era o segundo que gravava, mas o primeiro a fazer sucesso. Um êxito estrondoso, na verdade, em virtude da beleza da melodia e da letra de “Canção de amor” (Chocolate e Elano de Paula), cujos versos iniciais são a quintessência do romantismo característico do samba-canção: “Saudade/torrente de paixão/ Emoção diferente/que aniquila a vida da gente”.

O gênero, comparado ao bolero pela exaltação do sofrimento diante do amor não realizado, encontra em “Canção de amor” a voz que o interpreta com sutil e comovente tristeza. Ali nasce a “Divina”, título que lhe foi dado em crônica do jornalista Haroldo Costa, no jornal *Última Hora*.

O que aconteceu a seguir foi resumido por Zuza Homem de Mello no livro *Copacabana – A trajetória do samba-canção* (Editora 34/Edições Sesc): “Elisete converteu-se em atração nacional e internacional sobretudo com temporadas no Uruguai, nos anos 1950, e mais tarde no Japão, onde gozava de imenso prestígio. Considerada cantora de grã-finos, o que muito a irritava, fez célebres temporadas com Sílvio Caldas no Hotel Vogue, do Rio e na boate Oásis, de São Paulo. Os dois no palco, pareciam concentrar a história da canção brasileira”.

Canções à meia-luz, gravado em 1955, com arranjos de Antônio Carlos Jobim, traz outros sambas-canção antológicos como “Canção da volta” e “Linda flor”. Na dupla fundadora da bossa-nova, entretanto, foi com o poeta e diplomata Vinicius de Moraes que a cantora estabeleceu a primeira e mais profícua relação profissional, ao ponto de ter sido ele o compositor mais cantado por ela em seus shows e discos.

POPULAR E ERUDITO

Na contracapa do LP *Elisete interpreta Vinicius*, ele recorda como foi “fiscado” pela diva: “Quando em 1951 regressei dos Estados Unidos, depois de cinco anos de ausência, ‘Canção de amor’, seu primeiro grande sucesso, espalhava pela cidade os ecos da sua nostalgia de mulher só coação, simples e sofrida. Escrevi sobre a cantora, cuja voz me deixava sempre num misterioso fosso de amor, o que me consta ser o primeiro artigo a ela dedicado”.

Em outro texto, publicado no semanário *Flan*, Vinicius se pergunta “por que não davam a ela músicas à altura do seu talento vocal, pois une as qualidades de uma boa voz erudita às de uma gostosa voz popular”. Para suprir essa lacuna, ele a escolheu para gravar o disco que pretendia lançar apenas com as músicas de sua parceria com Tom Jobim.

Foi um espanto geral. “A discografia brasileira de música popular ainda não conhecera um LP tão sofisticado e de músicas tão requintadas”, assegura Sérgio Cabral sobre o disco *Canção do amor demais*: “Para aumentar o requinte do disco, Antônio Carlos Jobim escreveu arranjos muito bem elaborados, empregando harpa, trompas e fagotes, instrumentos que raramente apareciam em gravações de música popular brasileira”.

Impressionado com o desempenho da cantora nesse universo camerístico do disco fundador da bossa-nova, o maestro Diogo Pacheco decidiu

submeter o talento de Elisete a uma prova definitiva: estaria ela disposta a interpretar as “Bachianas brasileiras n.º 5”, de Heitor Villa-Lobos, no Theatro Municipal de São Paulo?

O resultado da noite de 12 de outubro de 1964 foram 15 minutos de aplausos e gritos de “Bravo!”, emitidos por 1,8 mil pessoas de pé saudando, no templo da música erudita, a vitória da mulatinha de origem humilde, que ali chegara depois de enfrentar todo tipo de dificuldades e preconceitos. A cena se repetiu no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

No auge de sua popularidade e prestígio, participante de filmes e de programas de televisão, ela voltou às origens em outro disco destinado a se tornar um marco da fonografia brasileira: *Elisete sobe o morro*. Uma obra de impacto, que deixou vários legados, como o direcionamento para o samba da carreira de Beth Carvalho; a estreia em disco, como cantor e violonista, de Nelson Cavaquinho; e a revelação do talento de Paulinho da Viola, que, pela primeira vez, tinha uma composição gravada.

Logo após participar do Festival de Arte Negra, no Senegal, gravou mais dois discos que revelam toda a sua versatilidade: *Muito Elisete*, que tem como subtítulo *De Pixinguinha a Chico Buarque de Holanda*, e *A enluarada Elisete*, com a participação de Pixinguinha, Cartola e Clementina de Jesus.

Homenageada nos anos 1970 pela Escola de Samba Unidos de Lucas com o enredo “Mulata maior, a Divina”, excursionou pelos Estados Unidos e se apresentou em Paris, encerrando a década e a consagração internacional no Japão, onde esteve em 1977 e 1978. Dez anos depois, em sua terceira viagem ao país do sol nascente, descobriu que estava com câncer.

Em 1986, comemorou meio século de carreira, gravando o LP *Luz e esplendor*. Nele, Elisete canta seus clássicos – como “Canção de amor”, “Nossos momentos”, “Meiga presença”, “Apelo” e “Se todos fossem iguais a você” – dividindo as in-

terpretações com Cauby Peixoto, Alcione, Nana Caymmi e Maria Bethânia.

Homenageada com uma reportagem no programa *Globo Repórter*, da TV Globo, ao receber o título de Cidadã Benemérita, outorgado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, resumiu o que sentia: “Estou completando os meus 50 anos profissionais. Na realidade, não esperava que fosse completar uma semana. Agradeço imensamente a Deus, em primeiro lugar, e, depois, ao meu mestre Jacob do Bandolim”. O grande tributo ao seu descobridor seria transformar em sucesso a música “Naquela mesa”, composta pelo filho dele, Sérgio Bittencourt, em memória do pai.

Já no fim de sua vida, a música que mais a emocionou e também deu o título de seu último disco, lançado postumamente, foi “Todo o sentimento”, de Cristóvão Bastos e Chico Buarque. Ao cantá-la no espetáculo *Som do meio-dia*, não conteve o choro e acabou pedindo paciência ao público: “Vocês me desculpem. Esta letra me deixa assim”. Os versos, que de acordo com Sérgio Cabral “atingiam em cheio as suas relações com

FOI COM O POETA E DIPLOMATA

VINICIUS DE MORAES QUE

A CANTORA ESTABELECEU A

PRIMEIRA E MAIS PROFÍCUA

RELAÇÃO PROFISSIONAL. ELE FOI

O COMPOSITOR MAIS CANTADO

POR ELA EM SHOWS E DISCOS

a vida e com a morte”, descrevem a ligação amorosa de maneira sublime: “Depois de te perder/Te encontro, com certeza/Talvez num tempo da delícia/Onde não diremos nada/Nada aconteceu/Apenas seguirei, como encantado/Ao lado teu”.

Elisete Cardoso morreu em 7 de maio de 1990, dois meses antes de completar 70 anos. Seu corpo foi velado no Teatro João Caetano e sepultado no Cemitério do Caju, ao som triste da batida de um surdo da Portela. Deixou mais de 40 LPs gravados e um reconhecimento popular que Ricardo Cravo Alvim resumiu, assim, em seu *Livro de Ouro da MPB*: “Sobre ela, nunca se dirá ‘Chega de saudade’... Saudade nenhuma será suficiente quando se trata de lembrar Elisete Cardoso”.

&



vem pra livraria

Você e todos que gostam de ler estão convidados a redescobrir o universo dos livros.

Nós, Livrarias, estamos juntas novamente nesse movimento que deseja exaltar estes espaços que despertam conhecimento, histórias e momentos únicos.

Participe! Vá até a livraria mais próxima e declare seu amor aos livros.

#Vem Pra Livraria

A livraria é tua casa, as portas estão abertas, os braços estão abertos, as páginas estão abertas, abre tuas asas e voa, abre a cabeça.

Vem ser livre, vem ser livro, vem ser alegria, sabedoria, conhecimento, uma ideia, um sonho, vem ser tudo o que a imaginação permitir.

A livraria é um cais, um porto seguro, vem e ancora teu barco.
Vem agora, sem demora. Vem pra livraria.

OS DADOS DOS SEUS CLIENTES PODEM SER UM PROBLEMA PARA VOCÊ?



A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) vai mudar completamente a coleta, a utilização, o registro e o armazenamento de dados na sua empresa. Você precisa estar preparado para atender a:

- exigências jurídicas;
- requisitos técnicos;
- medidas específicas de segurança;
- adoção de boas práticas;
- contratação de serviços e profissionais.

Até porque as punições são rigorosas e as multas podem ser de até 2% do seu faturamento.

Quer evitar prejuízos e ficar por dentro da nova lei? Nossos especialistas produziram um e-book e um vídeo gratuitos com tudo o que você precisa saber: definições, dicas, explicações e um checklist exclusivo.

**USE INFORMAÇÃO DE QUALIDADE,
PREPARE-SE COM SEGURANÇA
E SE PREVINA CONTRA PROBLEMAS!**

**ACESSE LAB.FECOMERCIO.COM.BR E
GARANTA O SEU EXEMPLAR GRATUITO.**